RENÉ GUÉNON

O REI DO MUNDO

COLECÇÃO ESFINGE

edições 70

Os domínios do mistério
prometem
as mais belas experiências

Einstein

COLECÇÃO ESFINGE

1 — HISTÓRIA DA ASTROLOGIA, por Serge Hutin
2 — OS EXTRATERRESTRES NA HISTÓRIA, por Jacques Bergier
3 — O OURO DOS ALQUIMISTAS, por Jacques Sadoul
4 — O MISTÉRIO DAS CATEDRAIS, por Fulcanelli
5/6 — HISTÓRIA DA MAGIA, por Kurt Seligmann
7 — O LIVRO DOS MUNDOS ESQUECIDOS, por Jacques Charroux
8 — OS ENIGMAS DA SOBREVIVÊNCIA, por Jacques Alexander
9 — O OCULTISMO, por Papus
10 — OS DOMÍNIOS DA PARAPSICOLOGIA, por H. Larcher e R. Revignan
11 — STONEHENGE — TEMPLO MISTERIOSO DA PRÉ-HISTÓRIA, por Fernand Niel
12 — ESTAMOS SÓS NO COSMOS?, por A. Pontmann, J. Illies e outros
14 — TRATADO DA PEDRA FILOSOFAL seguido de O PILOTO DA ONDA VIVA, por Lambsprink e M. Eyquem du Martineau
15 — AS MANSÕES FILOSOFAIS, por Fulcanelli
16 — O GRANDE E O PEQUENO ALBERTO
17 — OS 13 PANTÁCULOS DA FELICIDADE, por Kersaint
18 — MANUAL PRÁTICO DE ASTROLOGIA, por Joëlle de Gravelaine
19 — CARTAS E DESTINO, por Hadès
20 — A ARQUEOLOGIA MISTERIOSA, por Michel-Claude Touchard
21 — OS GRANDES LIVROS MISTERIOSOS, por Guy Bechtel
22 — SETE, O NÚMERO DA CRIAÇÃO, por Desmond Varley
23 — AS MEDICINAS TRADICIONAIS SAGRADAS, por Claudine Brelet-Rueff
24 — A CIÊNCIA PERANTE O DESCONHECIDO, por F. L. Boschke
25 — A CHAVE DA TEOSOFIA, por H. P. Blavatsky
26 — A TRADIÇÃO HERMÉTICA, por Julius Evola
27 — TRATADO DA REINTEGRAÇÃO DOS SERES CRIADOS, por Martinets de Pasqually
28 — A CABALA E A TRADIÇÃO JUDAICA, por R. de Tryon-Montalembert e K. Hruby
29 — OS ROSA-CRUZ, por J.-P. Bayard e P. Montloin
30 — A MAGIA DOS NÚMEROS, por Jorg Sabellicus
31 — A HISTÓRIA DA PARAPSICOLOGIA, por Massimo Inardi
32 — A TELEPATIA, por Vicenzo Nestler
33 — A SINARQUIA, por Jean Saunier
34 — A LEVITAÇÃO, por Anna Maria Turi
35 — OS CÁTAROS, por René Nelli
36 — O ESPIRITISMO, por Jacques Lantier
37 — ALQUIMIA E OCULTISMO, por Hermes, Zózimo e outros
38 — INICIAÇÃO À ASTROLOGIA, por Leonardo Oliveira
39 — O SUFISMO, por William Stoddart
40 — CIVILIZAÇÕES SUPERIORES DA ANTIGUIDADE
41 — OS GRANDES ENIGMAS DA ARQUEOLOGIA
42 — AS PEDRAS E A ESCRITA
43 — O SIMBOLISMO DO TEMPLO CRISTÃO, por Jean Hani
44 — A CIÊNCIA DOS SÍMBOLOS, por René Alleau
45 — CIVILIZAÇÕES DO MISTÉRIO, por Sabatino Moscati

O REI DO MUNDO

Título original: *Le Roi du Monde*

© Éditions Gallimard, 1958

Tradução de Rui José Sacramento Alecrim

Capa de João Carlos Cruz

Direitos reservados para todos os países de Língua Portuguesa

EDIÇÕES 70—Av. Duque de Ávila, 69-r/c-Esq.—1000 LISBOA
Telefs.: 55 68 98/57 20 01

Delegação no Norte: Rua da Fábrica, 38-2.º Sala 25—4000 PORTO
Telefone: 382267

Distribuidor no Brasil: LIVRARIA MARTINS FONTES
Rua Conselheiro Ramalho, 330-340 — SÃO PAULO

RENÉ GUÉNON

O REI DO MUNDO

Capítulo I

NOÇÕES SOBRE «AGARTTHA», NO OCIDENTE

A obra póstuma de Saint-Yves d'Alveydre intitulada *Missão da India,* publicada em 1910 (1), contém a descrição de um misterioso centro iniciático, designado pelo nome de *Agarttha;* muitos leitores desse livro persistiram em supor essa descrição como puramente imaginária, espécie de ficção sem base real. Com efeito, entendida à letra, contém inverosimilhanças que que poderão, pelo menos para quem se fixa nas aparências exteriores, justificar uma tal apreciação; sem dúvida que Saint--Yves tivera fortes raõzes para a não publicação dessa obra, escrita desde há muito, mas nunca completamente acabada. Nunca anteriormente ninguém se referira na Europa a *Agarttha* e ao seu chefe Brahmatma, com excepção de Louis Jacolliot (2), escritor que não nos merece crédito nem autoridade; este ouvira, de facto, referências a *Agarttha* durante a sua estadia na India, mas tal como em relação a tudo o resto, interpretou-as à sua maneira eminentemente fantasista. Em 1924, porém produziu-se um facto novo e algo inesperado; a publicação do livro *Animais, Homens e Deuses,* no qual Ferdinand Ossendowski relata as peripécias da sua movimentada viagem, entre 1920 e 1921, através da Ásia Central, relatos que, sobretudo na parte final do livro, nos surgem quase idênticos aos Saint-Yves; a polémica gerada à volta deste livro parece-nos ser uma ocasião favorável para romper finalmente o silêncio que se fez em torno de *Agarttha.*

---

(1) 2.ª edição, 1949.

(2) *Os Filhos de Deus,* pp. 236, 263-267, 272; *O Espiritismo no Mundo,* pp. 27-28.

Como se previa, alguns espíritos cépticos ou mal intencionados não deixaram de acusar Ossendowski de ter pura e simplesmente plagiado Saint-Yves, realçando em apoio desta tese, todos as passagens concordantes das duas obras; efectivamente, um bom número delas apresenta uma similitude espantosa que vai até ao pormenor, em primeiro lugar, a que poderá parecer a mais inverosímil das afirmações contidas no livro de Saint-Yves: a existência de um mundo subterrâneo com ramificações por toda a parte, sob os continentes e oceanos, pelas quais se estabelecem invisíveis comunicações entre todas as regiões da terra; por seu turno, Ossendowski não assume a autoria desta afirmação, declara mesmo não saber o que pensar acerca dela e atribuía-a a vários personagens encontrados no decurso da sua viagem. Depois, já sob aspectos mais particulares, a passagem em que o «Rei do Mundo» é representado diante do túmulo do seu antecessor, a que se refere à ordem dos Boémios, povo que teria vivido outrora em *Agarttha* (3) e ainda muitas outras mais. Saint-Yves afirma que existem momentos, durante a celebração subterrânea dos Mistérios Cósmicos, em que os viajantes que se encontram no deserto se detêm, em que até os próprios animais permanecem slenciosos (4). Por seu turno, Ossendowski assegura ter ele próprio assistido a um desses momentos de recolhimento geral. E como exemplo de coincidência estranha, refira-se a história de uma ilha, já desaparecida, habitada por homens e animais extraordinários: Saint-Yves cita o périplo de Iambule Diodoro de Sicília, enquanto Ossendowsk relata a viagem de um antigo budista do Nepal; porém as suas descrições em pouco se diferenciam; se se podem dar desta história, duas versões provenientes de fontes tão estranhas uma à outra, seria interessante encontrar essas fontes e compará-las atentamente.

Assinalados estes paralelismos, diremos todavia que pouco ou nada nos convencem da realidade do plágio; aliás, a nossa intenção não é de entrar aqui numa discussão que no fundo só muito relativamente nos interessa. Para lá dos testemunhos fornecidos por Ossendowski, temos conhecimento, através de outras fontes, de que descrições como as referidas são correntes na Mongólia e em toda a Ásia Central e de que existem, nas

(3) A existência de povos em «tribulação», de que os Boémios são um dos exemplos mais claros, é, sem dúvida, qualquer coisa de muito misterioso, a exigir cuidada análise.

(4) O dr. Arturo Reghini fez-nos ver que este facto poderia ter qualquer coisa a ver com o *timor panicus* dos antigos, hipótese que nos parece extremamente plausível.

tradições de quase todos os povos, outras que se lhes assemelham. E, se Ossendowski tivesse plagiado em parte a obra de Saint-Yves, não vemos porque é que, nesse caso, teria omitido certas passagens, nem porque teria alterado a forma de certos vocábulos, escrevendo, por exemplo, *Agharti* em vez de *Agarttha*, o que, doutro modo, é explicável por Ossendowski ter recolhido de fonte mongol as informações que Saint-Yves obtivera de fonte hindu (sabe-se que este teve, pelo menos, contactos com dois hindus) (5); também não compreendemos porque teria usado, para designar o chefe da hierarquia iniciática, o título de «Rei do Mundo», o qual não figura na obra de Saint-Yves. Mas se são de admitir certos empréstimos, também há que reconhecer que Ossendowski descreve por vezes coisas sem equivalente em *Missão da Índia*, que são justamente aquelas que, fora de dúvida, não inventou na íntegra, tanto mais que, mais preocupado com a política do que com ideias e doutrinas, ignorando tudo o que se aproxima do esoterismo, se revelou manifestamente incapaz de lhes perceber o alcance exacto. Tal é o caso, por exemplo, da história de uma «pedra negra» enviada noutros tempos pelo «Rei do Mundo» ao *Dalai-Lama*, depois transportada para Urga, na Mongólia e desaparecida há cerca de cem anos (6); as «pedras negras» desempenham um papel importante em numerosas tradições, desde a que era o símbolo de Cibele até à que está guardada na *Caaba* de Meca (7). Ainda um outro exemplo: o *Bogdo-khan*

(5) Os adversários de M. Ossendowski pretenderam fazer acreditar que este tivera antecipadamente conhecimento de uma tradução russa do livro *Missão da Índia*, tradução cuja existência é mais que problemática, pois até os próprios herdeiros de Saint-Yves a desconhecem. — Ossendowski foi também criticado por escrever *Om* quando Saint-Yves escreveu *Aum;* se *Aum* é, de facto, a representação do monossílabo sagrado decomposto nos seus elementos constitutivos é, contudo, *Om* a transcrição correcta tal como é pronunciado na Índia, Tibete e Mongólia; este preciosismo parece-nos provar bem a (in)competência de certas críticas.

(6) Ossendowski, que não sabe tratar-se de um aerólito, procura explicar certos fenómenos, como a aparição de caracteres na sua superfície, supondo tratar-se de uma espécie de ardósia.

(7) Refira-se analogamente o *lapsit exillis*, pedra tombada do céu e sobre a qual, em determinadas circunstâncias, apareciam igualmente inscrições; esta pedra, segundo Wolfram d'Eschenbach, identifica-se com o Graal. O que torna o facto mais singular é que, segundo este mesmo autor, o Graal teria sido por fim levado para o «Reino do Prestes João» que alguns pretenderam situar na Mongólia, embora não se trate aqui de uma literal localização geográfica. (Ver *O Esoterismo de Dante*, ed. 1957, pp. 35-36, e mais adiante, neste livro).

ou o «Buda vivo», que se encontra em Urga, guarda, entre outras coisas preciosas, o anel de Gengis-Khan, no qual existe gravada uma *suástica* e uma placa de cobre com o selo do «Rei do Mundo». Segundo nos consta, Ossendowski apenas pôde ver o primero destes dois objectos, mas ter-lhe-ia sido difícil inventar a existência do segundo: não lhe terá vindo muito naturalmente ao espírito a ideia de referir-se aqui a uma placa de ouro?

Estas são algumas observações preliminares que nos parecem suficientes para o que nos propomos, na medida em que entendemos permanecer absolutamente alheios a toda e qualquer polémica ou questão de pessoas; se citamos Ossendowki e mesmo Saint-Yves, é unicamente porque o que escreveram pode servir como ponto de partida para considerações que nada têm a ver com o que possamos pensar de um e de outro, e cujo alcance os ultrapassa tal como a nós que, neste domínio, não devemos levar vantagem. Não queremos, a propósito dos seus livros, fazer uma «crítica de textos» mais ou menos inútil, mas fornecer indicações ainda não transmitidas, tanto quanto o podemos saber, indicações susceptíveis de ajudar, em certa medida, a esclarecer aquilo a que Ossendowski chama o «mistério dos mstérios» (8).

(8) Muito nos surpreendeu, recentemente, saber que certas pessoas tinham pretendido fazer deste livro um «testemunho» em favor de um personagem cuja própria existência ignorávamos na época em que o escrevemos; opomos o mais veemente desmentido a toda a asserção deste tipo, venha ela donde vier, já que o entendemos apenas como uma exposição de dados que, pertencendo ao simbolismo tradicional, absolutamente nada têm a ver com qualquer tipo de «personificações».

Capítulo II

REALEZA E PONTIFICADO

Tomado na mais alta e completa e ao mesmo tempo a mais rigorosa acepção, o título de «Rei do Mundo» aplica-se com propriedade a *Manu*, o Legislador primordial e universal cujo nome pode encontrar-se, sob formas diversas, num grande número de povos antigos: *Mina* ou *Ménès* para os Egípcios, *Menw* para os Celtas e *Minos* para os Gregos (1). *Manu* não designa nunca um personagem histórico ou mais ou menos lendário, mas sim, um princípio, a Inteligência Cósmica que reflecte a Luz Espiritual pura e formula a Lei *(Dharma)* que regula as condições do nosso mundo e do nosso ciclo de existência; ele é, ao mesmo tempo, o arquétipo do homem considerado sobretudo enquanto ser pensante (em sânscrito *mânava*).

O que fundamentalmente interessa assinalar aqui é que esse princípio pode ser manifestado por um centro espiritual estabelecido no mundo terrestre, por uma organização encarregada de preservar na íntegra o espólio da tradição sagrada, de origem «não humana» (*apaurushéya*), pela qual a Sabedoria Primordial se comunica através das idades àqueles que se tornam aptos a recebê-la. O chefe dessa organização, o qual, de certo modo, representa o próprio *Manu*, poderá legitimamente usar o título e os atributos deste; pelo grau de conhecimento atingido para poder exercer essa função, ele identifica-se, com efeito, com o princípio de que é como que a expressão humana e face ao qual se anula enquanto indivíduo. Tal é o caso de *Agarttha*, se este centro recebeu e preservou, como indica Saint-Yves, a

(1) Na Grécia, *Minos* era, ao mesmo tempo, o Legislador dos vivos e o Juíz dos mortos; na tradição hindu, estas duas funções pertencem respectivamente a *Manu* e a *Yama*, os quais são representados como irmãos gémeos, o que indica tratar-se de um desdobramento de um princípio único, encarado sob dois aspectos diferentes.

herança da antiga «dinastia solar» (*Sûrya-vansha* que teria vivido outrora em Ayodhèa) ([2]) e teria a sua origem em *Vaivaswata*, o *Manu* do ciclo actual.

Contudo Saint-Yves, como já dissemos, não vê o chefe supremo de *Agarttha* como sendo o «Rei do Mundo»; apresenta-o antes como «Soberano Pontífice» e coloca-o à cabeça de uma «Igreja Bramânica», designação esta que procede de uma concepção um pouco ocidentalizada ([3]). À parte esta última reserva, o que afirma, completa a este respeito o que M. Ossendowski diz; parece que cada um quis ver unicamente o aspecto que respondia mais directamente às suas tendências e preocupações dominantes, já que é de um duplo poder que se trata aqui, poder que é, ao mesmo tempo, sacerdotal e real. O carácter «pontifical» no sentido mais verdadeiro do termo, é apanágio, por excelência, do chefe da hierarquia iniciática, facto que requer uma explicação: literalmente *pontifex* significa «construtor de pontes», título romano que é, em certa medida, pela sua origem, um título «maçónico», mas simbolicamente designa aquele que opera a função de mediador, o que estabelece a comunicação entre este mundo e os mundos superiores ([4]). Por analogia, o arco-íris, «a 'ponte celeste', pode ser encarada como um símbolo natural do «pontificado»; o seu significado é, nas diversas tradições, perfeitamente concordante: para os Hebreus, é o testemunho da aliança de Deus com o seu povo; na China, é o signo da união do Céu e da Terra; na Grécia, representa *Íris* a mensageira dos Deuses»; um pouco por toda a parte, para os Escandinavos como para os Persas ou os Árabes, para os povos da África Central e até mesmo para alguns da América do Norte, representa a ponte que (re)liga o mundo sensível ao supra-sensível.

([2]) Esta capital da «dinastia solar», se encarada simbolicamente, pode comparar-se à «Cidadela Solar» dos Rosa-Cruz e claramente à «Cidade do Sol» de Campanella.

([3]) A designação de «Igreja Bramânica» nunca foi utilizada na Índia senão pela moderna seita heterodoxa de *Brahma-Samâj*, criada nos primórdios do século XIX sob influências europeias e especialmente protestantes, rapidamente dividida em múltiplos grupos rivais, actualmente quase extinta; curiosamente um dos fundadores desta seita foi o avô do poeta Rabindranath Tavore.

([4]) Para São Bernardo «o Pontífice, como indica a etimologia do seu nome, é uma espécie de ponte entre Deus e o homem». (*Tractatus de Moribus et Officio episcoporum*, III, 9). — Existe na Índia um termo, próprio dos *Jainas*, que é o estrito equivalente do *Pontifex* latino: *Tirthamkara*, literalmente «aquele que abre um vau ou uma passagem»; esta passagem é o Caminho da Libertação (*Moksha*). Os *Tirthamkaras* são em número de vinte e quatro, como os velhos do *Apocalipse*, que constituem também eles um Colégio Pontifical.

Para os Latinos, a união dos dois poderes sacerdotal e real era representada por um determinado aspecto do simbolismo de *Janus*, simbolismo extremamente complexo e de significações múltiplas; as chaves de ouro e de prata representavam, por analogia, as duas iniciações correspondentes ([5]). Trata-se, para empregar a terminologia hindu, da via dos *Brahmanes* e da via dos *Kshatriyas*, que no topo da hierarquia se reunificam num princípio comum do qual uns e outros retiram as suas atribuições respectivas, para lá do que os diferencia, já que esse princípio é a fonte de toda a autoridade legítima, qualquer que seja o domínio em que se exerce; e os iniciados de *Agarttha* estão *ativarna*, isto é, «para lá das costas» ([6]).

Existiu uma expressão medieval, na qual estes dois aspectos complementares da autoridade se encontravam reunidos de um modo assaz feliz: falava-se frequentemente, nessa época, de um país misterioso, o «reino do Prestes João» ([7]). Era o tempo em que, o que poderia designar-se como a «cobertura exterior» do centro de que falamos era formado em boa parte pelos Nestorianos (ou o que se convencionou chamar assim com ou sem razão) e pelos Sabeus ([8]); precisamente estes

---

([5]) Noutra prespectiva estas chaves representam respectivamente a iniciação dos «Grandes Mistérios e a iniciação dos «Pequenos Mistérios». — Em certas representações de *Janus*, os dois poderes são também simbolizados por uma chave e um ceptro.

([6]) A organização social da Idade Média, no Ocidente, parece ter sido, em princípio, decalcada da instituição das castas; neste esquema, o clero corresponderia aos *Brâhmanes*, a nobreza aos *Kshatriyas*, o povo aos *Vaishyas* e os servos aos *Shûdras*.

([7]) Na época do rei S. Luís, fazia-se referência ao «Prestes João»nos relatos das viagens de Carpin e Rubruquis. O que complica as coisas é que, segundo alguns, teria chegado a haver quatro personagens com esse mesmo nome: no Tibete (ou no Pamir), na Mongólia, na Índia e na Etiópia (esta palavra tinha então um sentido muito vago), embora seja provável que se tratasse de diferentes representantes de um mesmo poder. Diz-se também que Gengis-Khan quis atacar o reino do Prestes João, mas este repeliu-o desferindo raios contra os seus exércitos. A partir da época das invasões muçulmanas, o Prestes João teria deixado de manifestar-se e seria representado exteriormente pelo *Dalai-Lama*.

([8]) Foram encontradas na Ásia Central e particularmente na região do Turquestão, cruzes nestorianas muito semelhantes às cruzes da cavalaria, algumas tendo no centro uma *suástica*. — Os Nestorianos cujas relações com o Lamismo parecem incontestáveis, tiveram um papel importante, embora enigmático, no alvorecer do Islão. Os Sabeus, por seu turno, exerceram uma grande influência no mundo árabe no tempo dos Califas de Bagdad; alguns autores pretendem que foi no seu seio que se refugiaram, após uma estadia na Pérsia, os últimos Neoplatónicos.

últimos auto-proclamavam-se *Mendayeh de Yahia* que significa «Discípulos de João». Curiosamente muitos dos grupos orientais de características muito fechadas, como os Ismaelitas ou discípulos do «Velho da Montanha» ou os Drusos do Líbano, tomaram quase todos, tal como o haviam feito as ordens de cavalaria ocidentais, o título de «Guardiões da Terra Santa». Esclareça-se melhor o que isto possa significar: Saint-Yves apercebeu-se muito bem, talvez mais do que seria sua intenção, deste paralelismo, ao empregar a expressão de «*Templários de Agarttho*». Para que a designação «cobertura exterior» empregue ainda há pouco, não cause surpresa atente-se em que a iniciação da Cavalaria é essencialmente uma iniciação de *Kshatriyas*, o que explica, entre outras coisas, o papel preponderante que nela desempenha o simbolismo do Amor (9).

Independentemente destas últimas considerações, a ideia de um personagem que é simultaneamente sacerdote e rei, nunca foi muito divulgada no Ocidente, embora se encontre representada, de modo flagrante pelos «Reis Magos» na própria origem do Cristianismo; mesmo na Idade Média, o poder supremo (pelo menos aparentemente) estava dividido entre o Papado e o Império (10). Esta separação é como que a marca de uma organização incompletada pelo topo, se nos é permitida a expressão já que não vemos aparecer aí o princípio comum de que procedem e dependem, de modo regular, os dois poderes; o verdadeiro poder supremo, deveria, pois, encontrar-se noutro lugar. Pelo contrário, no Oriente, essa separação no próprio topo da hierarquia surge como excepcional; algo que se lhe assemelhe apenas poderá encontrar-se em determinadas concepções búdicas. Anote-se a incompatibilidade afirmada entre a função de *Buda* e a de *Chakravarti* ou «monarca universal» (11), quando se diz que Shâkya-Muni teve, a dado momento, que escolher entre uma e outra.

O termo *Chakravarti* que nada tem de especialmente búdico corresponde correctamente, segundo as coordenadas da tradição hindu, à função de *Manu* ou de seus representantes: literalmente

---

(9) Assinalámos já esta particularidade no estudo sobre *O Esoterismo de Dante.*

(10) Opostamente, na Roma Antiga, o *Imperador* era ao mesmo tempo *Pontifex Maximus.* — A teoria muçulmana do Califado reunifica igualmente os dois poderes, pelo menos em certa medida, tal como a concepção extremo-oriental do *Wang* (Ver *A Grande Tríade*, cap. XVII).

(11) Falámos noutro lugar da analogia existente entre a concepção de *Chakravarti* e a ideia de Império em Dante. Mencione-se agora, a propósito, o tratado *De Monarchia.*

significa «aquele que faz girar a roda», ou seja, «quele que, colocado no centro de todas as coisas, lhes dirige o movimento sem contudo nele participar, aquele que é, segundo a expressão de Aristóteles, o «motor imóvel» (12).

Agarttha é o ponto fixo que todas as tradições concordam em designar simbolicamente como o «Pólo», por ser sobre ele que se efectua a rotação do mundo, representado geralmente pela roda, quer para os Celtas como para os Caldeus e mesmo para os Hindus (13), Este é o verdadeiro significado da *suástica*, símbolo que se encontra divulgado em toda a parte, desde o Extremo-Oriente ao Extremo-Ocidente (14), e que na sua essência, representa «o signo do Pólo»; esta é, sem dúvida, a primeira vez que na Europa moderna, é dado a conhecer o verdadeiro sentido do símbolo da *suástica*. Os sábios contemporâneos têm procurado inutilmente explicá-lo através das mais fantasistas teorias; a maior parte deles, obcecados por uma espécie de ideia fixa, quiseram ver nela, como de resto, em quase tudo, um símbolo exclusivamente «solar» (15), quando, se alguma vez o foi, foi-o de modo acidental e indirecto. Outros estiveram mais perto da verdade vendo na *suástica* um símbolo do movimento, mas esta interpretação, sem ser falsa, é contudo bastante insuficiente, pois não se trata de um movimento qualquer, mas de um movimento de rotação que se realiza em torno de um centro ou eixo

---

(12) A tradição chinesa emprega, em sentido semelhante, a expressão «Invariável Centro». — Refira-se que, de acordo com o simbolismo maçónico, os Mestres reunem-se na «Sala do Centro».

(13) O símbolo céltico da roda conservou-se até à Idade Média, disso podem ver-se numerosos exemplos nas igrejas românicas, e a própria rosácea gótica parece derivar daí visto existir uma certa relação entre a roda e as flores emblemáticas, como a rosa no Ocidente e o lótus no Oriente.

(14) Este símbolo não é estranho ao hermetismo cristão: observámos, no antigo Convento do Carmelo em Loudun, símbolos muito curiosos, datando provavelmente da segunda metade do século XV, nos quais a suástica ocupa, a par do signo de que falaremos uma posição de destaque. A propósito, diga-se que os Carmelitas, oriundos do Oriente ligam a fundação da sua Ordem a Elias e a Pitágoras (tal como a Maçonaria o faz em relação a Salomão e ao mesmo Pitágoras, o que revela uma analogia evidente), ainda que certos autores pretendam que eles tinham na Idade Média uma iniciação muito próxima da dos Templários, tal como acontecia com os religiosos de Mercy, sabe-se que esta última Ordem deu o seu nome a um grau da maçonaria escocesa, a que nos referimos exaustivamente no livro *O Esoterismo de Dante.*

(15) O mesmo se passou em relação ao significado da roda que acabamos de explicar.

imutável e é ao ponto fixo, repetímo-lo, que se refere essencial e directmente este símbolo ([16]).

Do que acabamos de expor, percebe-se já porque é que o «Rei do Mundo» tem uma função essencialmente ordenadora e reguladora (não é por acaso que esta última palavra tem a mesma raíz que *rex* e *regere)*, função que se pode resumir em palavras como «equilíbrio» ou «harmonia», precisamente os significados do termo sanscrito *Dharma* ([17]) e que entendemos como sendo o reflexo, no mundo manifesto, da imutabilidade do Princípio Supremo. Por estas mesmas considerações, compreende-se igualmente porque é que o «Rei do Mundo» tem por atributos fundamentais a «Justiça» e a «Paz», que outra coisa não são do que as formas revestidas mais usualmente por esse equilíbrio e essa harmonia no «mundo do homem» (*mânava--loka*) ([18]). Este é um ponto da maior importância e alcance universal pelo que o reiteramos aos que se deixam levar por certos temores quiméricos, de que fazem eco as últimas linhas do próprio livro de Ossendowski.

([16]) Apenas por curiosidade, lembremos a opinião, ainda mais fantasista do que as outras, de que a *suástica* é um esquema de um instrumento primitivo destinado à produção do fogo; se este símbolo tem por vezes numa certa relação com o fogo, já que é, na sua natureza um emblema de *Agni*, isso deve-se a outras razões.

([17]) A raíz *dhri* exprime fundamentalmente a ideia de estabilidade; a forma *dhru* que tem o mesmo sentido, é a raíz de *Dhruva*, nome sânscrito do Pólo, e alguns estudiosos fazem-lhe corresponder o tema grego *drus* (carvalho); de resto, em latim *robur* significa, ao mesmo tempo, carvalho e força ou firmeza. Para os Druidas (cujo nome deve ler-se *dru-vid*, união da força e da sabedoria); também em Dodone o carvalho representava a «Árvore do Mundo», símbolo do eixo fixo que une os pólos.

([18]) Lembremos aqui os textos bíblicos em que a Justiça e a Paz se encontram estritamente relacionadas: «Justitia et Pax osculate sunt» (LXXXIV, 11), (Pax opus Justitiae», etc.).

Capítulo III

«SHEKINAH» E «METATRON»

Alguns espíritos tímidos, estranhamente limitados na sua compreensão por ideias preconcebidas, assustam-se tanto com a designação de «Rei do Mundo», que aceitaram, de bom grado, a de *Princeps hujus mundi* referida no Evangelho. Evidentemente que uma tal assimilação é totalmente errada e desprovida de fundamento; para prová-lo, poderíamos dizer muito simplesmente que, em hebreu e em árabe, o título de «Rei do Mundo» se aplica correntemente ao próprio Deus ([1]). Porque podem fazer-se considerações interessantes a este respeito, iremos, neste capítulo, observar de perto as teorias da Cabala hebraica sobre os intermediários celestes», as quais se relacionam, muito directamente com o tema central do nosso estudo.

Comecemos por dizer que os «intermediários celestes» são *Shekinah* e *Metatron*. *Shekinah* representa, no sentido mais geral, a «presença real» da Divindade. As passagens da Escritura que lhe referem de modo particular são as que fazem menção da instituição de um centro espiritual: a construção do Tabernáculo, a edificação dos Templos de Salomão e Zarobabel. Esse centro, constituído em condições regularmente definidas, era um lugar de manifestação divina, sempre representada como «Luz»; é curioso assinalar que a expressão «lugar muito iluminado e simétrico» que a Maçonaria conservou, parece constituir-se como uma memória da antiga ciência sacerdotal que presidiu à construção dos templos e que, de resto, não era exclusiva dos Judeus. Voltaremos ainda a este assunto noutro capítulo. Não aprofundaremos aqui a teoria das «influên-

---

([1]) Há uma grande diferença de sentido entre «o Mundo» e «este mundo», a tal ponto que, em certas línguas, existem dois termos distintos para os designar; por exemplo, em árabe, «o Mundo» é *el-âlam* e «este mundo», *ed-dunya*.

cias espirituais» (preferimos esta expressão à palavra «bênção» para traduzir o termo hebraico *berakoth*, tanto mais que é esse o sentido que conservou em árabe a palavra *barakath*), mas mesmo cingindo-nos a ver as coisas sob uma única perspectiva, seria possível explicar o que Elias Levita diz e Vulliaud cita na sua obra a *Cabala judaica:* «Os Mestres da Cabala guardam, a este respeito, grandes segredos».

Shekinah apresenta-se-nos sob múltiplos aspectos, entre os quais dois principais, um interno e outro externo. Existe na tradição cristã, uma frase que designa, tão claramente quanto possível, esses dois aspectos: *Gloria* in excelsis Deo et in terra *Pax* hominibus bonæ voluntatis». *Glori* e *Pax* referem-se respectivamente ao aspecto interno, no que respeita ao princípio e ao aspecto externo, no que respeita ao mundo manifesto; consideradas assim, compreende-se então porque é que elas são pronunciadas por «Anjos *(Malakim)* para anunciar o nascimento do «Deus connosco» ou «em nós» (*Emmanuel*). Lembremos a respeito do primeiro destes dois aspectos, as teorias dos teólogos àcerca da «luz da glória», na qual e pela qual se opera a visão beatífica (*in excelsis*); quanto ao segundo, deparamos aqui com a «paz» que, no seu sentido esotérico, é referida por todas as tradições como sendo um dos atributos fundamentais dos centros espirituais estabelecidos neste mundo (*in terra*). De resto, o significado do termo árabe, *Sakinah* é claramente idêntico ao hebreu *Shekinah* e pode traduzir-se por «Grande Paz», equivalente exacto da *Pax Profunda* dos Rosa-Cruz; por todas estas relações se poderia entender o que para estes é, o «*Templo* do Espírito-Santo», bem como interpretar de modo preciso os numerosos textos evangélicos que falam da «Paz» (2), tanto mais que a «tradição secreta relativa a *Shekinah* teria alguma relação com a Luz do Messias». Será por acaso que Vulliaud quando faz esta última observação (3), acrescenta tratar-se da tradição «reservada aos que seguiam pelo caminho que conduz ao *Pardes*», isto é, como mais adiante veremos, ao centro espiritual supremo?

Isto leva-nos a uma outra consideração: Vulliand fala em seguida de um «mistério relativo ao Jubileu (4)»; o que corresponde, num dado sentido, à ideia de «Paz a propósito, cita uma passagem de *Zohar* (III, 52 *b*): «O rio que sai do

(2) No próprio Evangelho é dito muito explicitamente não se tratar nunca da paz, entendida no sentido profano. (S. João; XIV, 27).

(3) *A Cabala judaica*, t. I, p. 503

(4) *Ibid*, t. I, pp. 506-507.

Eden tem o nome de *Iobel*», e outra de *Jeremias* (XVII, 8): «Ele estenderá as suas raízes em direcção ao rio», donde resulta que «a ideia central do Jubileu é o regresso de todas as coisas ao seu estado primitivo». Trata-se do retorno ao «estado primordial» reafirmado por todas as tradições, a que nos referimos com frequência no nosso estudo sobre *O Esoterismo de Dante*; quando se acrescenta que «o retorno de todas as coisas ao seu primeiro estado marcará a era messiânica», os que leram esse estudo recordar-se-ão das analogias por nós estabelecidas entre o «Paraíso terrestre» e a «Jerusalém celeste». A bem dizer, o que está sempre implicitamente presente em todas estas considerações, em diversas fases da manifestação cíclica, é o *Pardes*, o centro deste mundo, que o simbolismo tradicional de todos os povos compara ao coração, centro de ser e «residência divina» *(Brahma-pura*, na doutrina hindu), sendo o Tabernáculo uma imagem desse centro e que, por esta razão, é chamado em hebreu *mishkan*, o «habitáculo de Deus», palavra cuja raíz é a mesma de *Shekinah*.

Noutra perspectiva, *Shekinah* é a síntese dos sefirotes; na árvore sefirótica, «coluna da direita» está ao lado da Misericórdia e a «coluna da esquerda» ao lado do Rigor (5); estes dois aspectos estão presentes em Shekinh e podemos dizer, desde já, para retomar o que afirmámos, que, pelo menos, numa dada perspectiva, pode identificar-se o Rigor com a Justiça e a Misericórdia com a Paz (6). «Se o homem peca e se afasta de *Shekinah;* tomba sob o poder das forças *(Sârim)* que dependem do Rigor (7); eis a razão porque *Shekinah* é chamada a «Mão do Rigor», o que lembra imediatamente o símbolo bem conhecido da «Mão da Justiça». Pelo contrário, se «o homem se aproxima de *Shekinah*, liberta-se»; *Shekinah* que é a «Mão direita» de Deus isto é, «Mão da Justiça» converte-se também na mão

(5) A representação medieval da «Árvore dos Vivos e dos Mortos» exprime um simbolismo idêntico, que tem, por seu lado, uma clara relação com a ideia de «posteridade espiritual»; a árvore é também considerada como identificando-se à «Árvore da Vida».

(6) Segundo o *Talmud*, Deus tem dois tronos, o da Justiça e o da Misericórdia, que correspondem ao «Trono» e à «Cadeira» da tradição islâmica; esta divide os nomes divinos *cifâtiyah*, ou seja, os que exprimem os atributos propriamente ditos de *Allah*, em «nomes de Majestade» *jalâliyah e em* «nomes de Beleza» *(jamâliyah)*, o que corresponde ainda a uma distinção do mesmo tipo.

(7) *A Cabala judaica*, t. I, p. 507.

abençoadora» ([8]). Eis aqui os mistérios da «Casa da Justiça» *(Beit-Din)*, ainda uma outra designação do centro espiritual supremo ([9]); vale a pena referir que estes dois lados são aqueles por que se repartem os eleitos e os condenados nas representações cristãs do «Juízo Final». Pode igualmente estabelecer-se um paralelismo com as duas vias que os Pitagóricos designavam pela letra Y e que representava, sob uma forma exotérica, o mito de Hércules, entre a virtude e o Vício; ou com as duas portas, a Celeste e a do Inverno, que os Latinos associavam ao simbolismo de *Janus;* ou ainda como as duas fases cíclicas, ascendente e descendente ([10]) que para os Hindus se ligavam, de modo análogo, ao simbolismo de *Ganêsha* ([11]). Enfim, é fácil entrever por aqui o verdadeiro significado de expressões como «recta intenção» de que falaremos ainda ou «boa vontade» («Pax hominibus *bonæ voluntati»;* os que possuem algum conhecimento deste simbolismo saberão entender que não é por acaso que a festa do Natal coincide com o solstício do Inverno), quando se tem o cuidado de deixar de lado todas as interpretações exteriores, filosóficas e morais, a que estas expressões deram lugar, desde os estóicos até Kant.

«A Cabala dá a *Shekinah* um «irmão-gémeo», o qual toma nomes idênticos aos seus e possui, por conseguinte a mesma natureza ([12]) «e tem naturalmente tantos aspectos diferentes como *Shekinah*. O seu nome é *Metatron*, nome numericamente equivalente ao de *Shaddai* ([13]), o «Todo Poderoso» (do que se

---

([8]) Segundo Santo Agostinho e outros Doutores da Igreja, a mão direita representa tanto a Misericórdia como a Bondade, enquanto a mão esquerda, sobretudo a «mão esquerda» de Deus, é um símbolo da Justiça. A «Mão da Justiça» é um dos atributos comuns da realeza; a «mão abençoadora» é um signo da autoridade sacerdotal e foi muitas vezes tomada como símbolo de Cristo. — A figura da «mão abençoadora» pode ver-se gravada em certas moedas gaulesas, assim como a suástica, por vezes com braços curvos.

([9]) Este centro, ou qualquer dos constituídos à sua imagem, pode descrever-se simbolicamente, ao mesmo tempo, como um templo (aspecto sacerdotal, correspondente à Paz) e como um palácio ou um tribunal (aspecto real, correspondente à justiça).

([10]) Trata-se das duas metades do ciclo zodiacal, que encontramos, muitas vezes, representado no pórtico das igrejas medievais, com uma disposição que lhe dá manifestamente o mesmo significado.

([11]) Todos os símbolos aqui enumerados exigem um aprofundamento específico; dedicar-lhes-emos, talvez, no futuro, um outro estudo.

([12]) *A Cabala Judaica*, t. I, pp. 497-498.

([13]) O número de cada um destes nomes, obtido pela adição dos valores das letras hebraicas que o formam, é 314.

diz ser o nome do Deus de Abraão). A etimologia da palavra *Metatron* é muito incerta; entre as várias hipóteses formuladas, uma das mais interessantes é a que faz derivá-lo do vocábulo caldeu *Mitra* que significa «chuva e que tem também, pela sua raíz, uma certa relação com a «luz». Mesmo assim sendo não é de crer que esta similitude com o *Mitra* hindu e Zoro astriano constitua uma razão suficiente para afirmar haver um empréstimo do Judaísmo a outras doutrinas, na medida em que não é deste modo exterior, que devem analisar-se as relações que porventura se tecem entre as diferentes tradições; o mesmo diríamos em relação ao papel atribuído à chuva em quase todas as tradições, enquanto símbolo da descida das «influências espirituais» do Céu sobre a Terra. A doutrina hebraica fala de um «orvalho de Luz» emanando da «Árvore da Vida», pelo qual se opera a ressurreição dos mortos, bem como de uma «efusão de orvalho» que representa a influência celeste comunicando-se a todos os mundos, o que lembra singularmente o símbolismo alquímico e rosacruciano.

«O vocábulo *Metatron* comporta todas as acepções de guardião, Senhor, enviado, mediador»; ele é «o autor das teofanias no mundo sensível ([14])»; é «o Anjo da Face» e também «o Príncipe do Mundo» *(Sâr-ha- ôlam)* — esta última expressão prova que em nada nos afastámos do tema central deste estudo. Segundo o simbolismo tradicional, já anteriormente explicado, o chefe da hierarquia iniciática é, indubitavelmente, o «Pólo celeste», reflectindo-se este naquele, com quem está em contacto directo segundo o «Eixo do Mundo». «O seu nome é *Mikäel*, Grande Sacerdote» que é holocausto e oblação para Deus. Tudo o que os Israelitas fazem na terra cumpre-se segundo os cânones do acontecido no mundo celeste. O Sumo Pontífice deste mundo simboliza *Mikäel*, Príncipe da Clemência... Todas as passagens da Escritura que se referem à aparição de *Mikäel*, falam da glória de *Shekinah* ([15]). O que se diz aqui dos Israelitas poderia dizer-se em relação a todos os povos possuidores de uma tradição verdadeiramente ortodoxa; e com mais razão ainda, em relação aos representantes da tradição primordial de que derivam e a que se subordinam todas as outras; a tudo isto liga-se o simbolismo da «Terra Santa», como já dissemos, imagem do mundo celeste. De acordo com o exposto, *Metatron* além do aspecto da Clemência, comporta também o da Justiça; não é apenas o «Grande Sacerdote» (*Kohen-ha-gadol*),

---

([14]) *A Cabala judaica*, t. I, pp. 492 e 499.

([15]) *Ibid*, t. I, pp. 500-501

é também o «Grande Príncipe» (*Sar-ha-gadol*) e o «chefe das milícias celestes», que dizer, não contém só o princípio do poder real, mas também o do poder sacerdotal ou pontifical, a que corresponde precisamente a função de «mediador». De resto, *Melek*, «rei», e *Maleak*, «anjo» ou «enviado», não são mais do que duas formas de uma só e mesma palavra, mais: *Malaki*, «o meu enviado», (ou seja, o «enviado de Deus ou «o anjo em que Deus está», *Maleak-ha-Elohim)* é o anagrama de *Mikäel* (16).

Embora *Mikäel* se identifique com *Metatron*, apenas representa um aspecto dele, à face iluminada corresponde uma face obscura representada por *Samaël*, também chamado *Sâr-ha--haôlam;* aqui voltamos ao ponto de partida destas considerações, uma vez que é este último aspecto, e só este, que representa «o génio deste mundo», num sentido inferior, o *Princeps hujus mundi*, de que fala o Evangelho; as suas relações com *Metatron*, de que é como que a sombra, justificam o emprego de uma mesma designação num duplo sentido, ao mesmo tempo que esclarecem porque é que o número apocalíptico 666, o «número da Besta» é também um número solar (17). Segundo Santo Hipólito (18), «o Messias e o Anti-Cristo têm ambos por emblema o leão», que é ainda um símbolo solar, tal como a serpente (19) e muitos outros símbolos, Cabalisticamente, trata-se ainda aqui das duas faces opostas de *Metatron*; não vamos alongarmo-nos aqui sobre as teorias que se poderiam formular, de um modo geral, àcerca deste duplo sentido dos símbolos; diremos apenas que a confusão entre o lado luminoso e o lado

(16) Esta última observação recorda a expressão «Benedictus qui venit in nomine Domini»; palavras aplicadas a Cristo, que o *Pastor* de Hermâs identifica com *Mikäel* de um modo à primeira vista estranho, mas que não pode surpreender os que compreendem a afinidade existente entre o Messias e *Shekinah*. Cristo é também chamado «Príncipe da Paz» e é, ao mesmo tempo, o «Juíz dos Vivos e dos Mortos».

(17) Este número é formado principalmente pelo nome de *Sorath*, demónio do Sol, e como tal, oposto ao Anjo *Mikäel*. Disto daremos ainda uma outra interpretação.

(18) Citado por M. Vulliaud, *A Cabala judaica*, t. II, p. 373.

(19) Estes dois aspectos diferentes são representados nomeadamente pelas suas serpentes do caduceu; na iconografia cristã estão reunidos na «anfisbena», a serpente de duas cabeças, uma representando Cristo, a outra Santanás.

tenebroso constituem, na sua essência, o «satanismo», precisamente a mesma confusão que cometem os que, involuntariamente ou por pura ignorância julgam poder descobrir um significado infernal na designação de «Rei do Mundo» (20).

(20) Assinale-se ainda que a «Esfera do Mundo», insígnia do poder imperial ou da monarquia universal, aparece muitas vezes representada sobre a mão de Cristo, o que mostra que ele é, sem dúvida, o emblema da autoridade espiritual, bem como do poder temporal.

Capítulo IV

AS TRÊS FUNÇÕES SUPREMAS

Segundo Saint-Yves, o chefe supremo de *Agartha* tem o título de *Brahâtmâ* (seria mais correcto escrever *Brahmâtmâ*) «suporte das almas no Espírito de Deus»; os seus dois assessores são *Mahâtmâ*, «representante da Alma Universal» e *Mahânga*, «símbolo de toda a organização material do Cosmos» (1). Estas três identidades correspondem à divisão hierárquica que as doutrinas ocidentais representam pelo ternário «espírito, alma e corpo», aqui aplicada segundo a analogia constitutiva do Macrocosmos e do Microcosmos. Estes termos sânscritos refererem-se sempre a princípios e nunca a seres humanos, a não ser aos que os representam, e mesmo neste caso, designam essencialmente funções, nunca indivíduos. Segundo Ossendowski, o *Mahâtmâ* «conhece os acontecimentos do futuro»; o *Mahânga* «dirige as causas desses acontecimentos»; quanto a *Brahâtmâ* pode «falar com Deus face a face (2)», palavras que facilmente se compreenderão se nos lembrarmos de que ele ocupa o ponto central onde se estabelece a comunicação directa do mundo terrestre com os estados superiores e através destes com o Princípio Supremo (3). Aliás, a designação de «Rei do Mundo», entendida num sentido restrito e unicamente em relação ao mundo terrestre, mostrar-se-ia inadequada; seria mais exacto, numa certa perspectiva, aplicar a *Brahâtmâ* a designação de «Mestre dos três mundos» (4), pois, em

---

(1) M. Ossendowski escreve *Brahytma, Mahytma* e *Mahynga*.

(2) Vimos no capítulo anterior que *Metatron* é o «Anjo da Face».

(3) Segundo a tradição extremo-oriente o «Invariável Meio» é o ponto onde se manifesta a «Actividade do Céu».

(4) Àqueles a quem esta expressão cause espanto, perguntaremos se já reflectiram no significado do *triregnum*, a tiara de três coroas que, juntamente com as chaves, é uma das principais insígnias do Papado.

toda a verdadeira hierarquia, aquele que possui o grau superior possui ao mesmo tempo e implicitamente todos os graus inferiores e como explicaremos mais adiante são estes «três mundos» (que constituem o *Tribhuvana* da tradição hindu) os domínios que correspondem respectivamente às três funções aumentadas.

«Quando sai do templo», diz Ossendowski, «o Rei do Mundo irradia a Luz Divina». Nestes mesmos termos se refere a Bíblia hebraica a Moisés quando este descia do Monte Sinai (5), Moisés é visto pela tradição islâmica como sendo o «Pólo» *(El-Qutb)* da sua época; e não será por estas mesmas razões que a Cabala diz ter sido ele instruído pelo próprio *Metatron?* Deve distinguir-se ainda entre o centro espiritual principal do nosso mundo e os centros secundários que lhe estão subordinados e que o representam somente no âmbito das tradições particulares dos diversos povos. Para não nos alongarmos demasiado sobre este ponto, diremos que a função de «Legislador» (em árabe *rasûl),* que é a de Moisés, supõe uma delegação do poder designado pelo nome de *Manu* e que um dos Significados deste nome se refere precisamente à reflexão da Luz Divina.

«O Rei do Mundo», disse um Lama a Ossendowski «conhece os pensamentos de todos os que dirigem o destino da humanidade... Conhece-lhes as intenções e as ideias. Se agradam a Deus, o Rei do Mundo favorecê-los-á com a sua ajuda invisível; se lhe desagradam provocará o seu fracasso. Este poder foi dado a *Agharti* pela ciência misteriosa de *Om,* palavra que inicia todas as nossas orações.» E logo adiante esta frase que pode deixar estupefactos todos os que apenas têm uma vaga ideia do significado do monossílado sagrado *Om*: «*Om* é o nome de um antigo santo, o primeiro dos *Goros* (Ossendowski escreve *goro* em vez de *guru),* que viveu há cerca de trezentos mil anos.» De facto, esta frase torna-se absolutamente ininteligível, se não se atender a que a época aqui referida, de resto de modo impreciso, é muito anterior à era do presente *Manu;* por outro lado *Adi-Manu* ou primeiro *Manu* do nosso *Kalpa* (sendo *Vaivaswata* o sétimo) é chamado *Swâyambhuva,* que deriva de *Swayambhû,* «o que subsiste por si mesmo», ou o *Logos* eterno; ora, *Logos* ou o que o representa directamente

(5) Diz-se também que Moisés teve que cobrir o rosto com um véu para falar ao povo que não lhe suportava a claridade (Êxodo, XXIV, 29-35), o que, simbolicamente, indica a necessidade de uma adaptação exotérica para a massa. Lembremos a este propósito o duplo significado da palavra «revelar»: «tirar o véu», mas também «cobrir com um véu»; eis porque a palavra manifesta e oculta simultaneamente o pensamento que exprime.

pode, sem dúvida, ser designado como o primeiro dos *Gurus* ou «Mestres Espirituais», sendo efectivamente *Om* um nome de *Logos* (6).

O monossílabo *Om* dá imediatamente a chave da repetição hierárquica das funções entre *Brahâtmâ* e os seus dois assessores, tal como a indicámos. Segundo a tradição hindu, os três elementos deste monossílabo sagrado simbolizam respectivamente os «três mundos» a que aludimos, os três termos de *Tribhuvana:* a Terra *(Bhû),* a Atmosfera *(Bhuvas)* e o Céu *(Swar.)* ou por outras palavras, o mundo da manifestação corporal, o mundo da manifestação subtil ou psíquica e o mundo primordial não manifesto (7). Estes são, por ordem inversa, os domínios próprios de *Mahanga, Mahâtmâ* e *Brahâtmâ* (ver o que atrás dissemos sobre a interpretação destes nomes). São as relações de subordinação existentes entre estes diferentes domínios que justificam, para *Brahâtmâ,* a designação de «Mestre dos três

(6) Estranhamente, este nome encontra-se também no antigo simbolismo cristão, onde, entre os signos que representavam Cristo, se pode encontrar um que mais tarde foi considerado como uma abreviação de *Avé Maria,* mas que foi primitivamente um equivalente do que reúne as duas letras extremas do alfabeto grego, *alpha* e *ômega,* para significar que o Verbo é o princípio e o fim de todas as coisas; na realidade, ele é mesmo mais completo, pois significa o princípio, o meio e o fim. Com efeito, este signo decompõe-se em AVM, isto é, as três letras latinas que correspondem exactamente aos três elementos constitutivos do monossílabo *Om* (sendo em sânscrito a vogal *o* formada pela união de *au*). A relação entre *Aum* e a *suástica,* tomados ambos como símbolos de Cristo parece-nos particularmente significativa da perspectiva em que nos colocamos. Também de assinalar que a forma deste signo é composta por dois ternários dispostos no sentido inverso um do outro, o que de certo modo se torna um equivalente do «selo de Salomão»: se se considera este sob a forma em que o traço horizontal médio precisa a significação geral do símbolo marcando o plano de reflexão ou «superfície das Águas», vemos que as duas figuras comportam o mesmo número de linhas e apenas diferem no seu todo pela disposição de duas destas linhas que, horizontais numa, se tornam verticais na outra.

(7) Para maiores desenvolvimentos àcerca desta concepção dos três mundos», remetemos o leitor para os nossos estudos anteriores: *O Esoterismo de Dante* e *O Homem e o seu destino segundo o Vedânta.* No primeiro, insistimos sobretudo na correspondência destes mundos, que são estados do ser, com os graus iniciáticos. No segundo, procuramos dar uma explicação completa, na perspectiva puramente metafísica, do texto *Mândûlka Upanishad,* em que está exposto de forma completa o simbolismo enunciado, de que agora apenas temos em vista uma aplicação particular.

mundos» já utilizada ([8]): «Este é o Senhor de todas as coisas, o omnisciente (que vê imediatamente em todos os efeitos a sua causa), o ordenador interno (que reside no centro do mundo e o rege de dentro, dirigindo-lhe o movimento sem nele participar), a fonte (de todo o poder legítimo), a origem e o fim de todos os seres (da manifestação cíclica de que representa a Lei) ([9])». Servindo-nos ainda de um outro simbolismo, não menos rigoroso, diremos que *Mahânga* representa a base do triângulo iniciático, e *Brahâtmâ* o seu vértice; entre os dois, *Mahâtmâ* incarna, de certo modo, um princípio mediador (a vitalidade cósmica, a *Anima Mundi* dos hermetistas), cuja acção se desenvolve no «espaço intermediário»; tudo isso é simbolizado muito claramente pelos caractéres correspondentes do alfabeto sagrado que Saint-Yves chama *vattan* e Ossendowski *vatannan* ou, o que é o mesmo, pelas formas geométricas (linha recta, espiral e ponto) a que correspondem, na sua essência, os três *mâtrâs* ou elementos constitutivos do monossílabo *Om*.

Expliquemo-nos ainda mais claramente: a *Brahâtmâ* pertence a plenitude dos dois poderes sacerdotal e real, se encarados, antes de tudo, no seu estado indiferenciado, poderes que, em seguida, se distinguem na sua manifestação: então, *Mahâtmâ* representa mais especificamente o poder sacerdotal e *Mahânga* o poder real. Esta distinção corresponde à que estabelecemos entre *Brâhmanes* e *Mahânga* têm em si mesmos, tal como Brahâtmâ um carácter, ao mesmo tempo sacerdotal e real. A este propósito, um ponto que parece nunca ter sido explicado de modo satisfatório, conquanto muito importante: aludimos anteriormente aos «Reis Magos» do Evangelho, como unindo em si os dois poderes; diremos agora que estes personagens misteriosos não são mais, na realidade, do que os três chefes de Agarttha ([10]). Mahânga oferece a Cristo o ouro e sauda-o como «Rei»; *Mahâtmâ* oferece-lhe o incenso e sauda-o como «Sacerdote»; finalmente *Brahâtmâ* oferece-lhe a mirra (o bálsamo da incorruptibilidade, imagem do *Amritâ* ([11]) e sauda-o como «Profeta» ou Mestre espiritual por excelência. A homenagem assim prestada ao Cristo que nasce, nos três mundos que são os seus domínios respectivos, pelos representantes autênticos da tradição primordial, é ao mesmo tempo, refira-se, a garantia da perfeita ortodoxia do Cristianismo face a essa mesma tradição.

Naturalmente que Ossendowski jamais poderia ter chegado a considerações desta ordem; porém, se tivesse compreendido certas coisas mais profundamente do que na realidade o fez, teria podido pelo menos, concluir da rigorosa analogia que existe entre o ternário supremo de *Agarttha* e o do Lamismo, tal como ele próprio o indica: o *Dalai-Lama*, «realizando a santidade (ou a pura espiritualidade) de *Buda*», o *Tashi-Lama* «realizando a sua ciência» (não mágica» como parece fazer crer, mas sim «teúrgica») e o *Bogdo- Khan* «representando a sua força material e guerreira»: exactamente a mesma repartição segundo os «três mundos». Podia tê-lo feito, tanto mais que lhe haviam indicado que « capital de *Agharti* lembra *Lhassa* onde se encontra o palácio do *Dalai-Lama*, o *Potala*, no cume de uma montanha repleta de templos e mosteiros»; esta afirmação é, de resto, errónea, pois inverte as relações, já que é da imagem que se pode dizer que lembra o seu protótipo e não o contrário. Ora o centro do Lamismo só pode ser uma imagem do verdadeiro «Centro do Mundo»; porém, todos os centros deste tipo apresentam, em relação aos lugares onde foram fundados, certas particularidades topográficas comuns que longe de se revelarem indiferentes, têm um valor simbólico incontestado, mais ainda, são conformes com as leis segundo as quais actuam as «influências espirituais»; esta é uma questão que releva da ciência tradicional a que pode dar-se o nome de «geografia sagrada».

Há ainda uma outra concordância não menos notável: Saint-Yves, ao descrever os diversos graus ou círculos da hierarquia iniciática relacionados com determinados números simbólicos, referindo-se nomeadamente às divisões do tempo, termina dizendo que o «círculo mais elevado e mais próximo do centro misterioso é composto por doze membros, que representam a iniciação suprema e correspondem, entre outras, à

([8]) Na ordem dos princípios universais, a função de *Brahâtma* refere-se a *Ishwara*, a *de Mahâtma* a *Hiranyagarbha* e a de *Mahânga* a *Virâj*; as suas atribuições respectivas deduzem-se facilmente desta correspondência.

([9]) *Mândûkèa Upanishad*, shruti 6.

([10]) Saint-Yves diz e bem que os três «Reis Magos» vieram de *Agarttha*, mas nada precisa a este respeito. — Os nomes que lhes são atribuídos ordinariamente, são sem dúvida fantasistas, salvo o de *Melki-Or*, em hebreu, «Rei da Luz», que é bastante significativo.

([11]) O *Amritâ* dos Hindus ou a *Ambrósia* dos Gregos (duas palavras etimologicamente idênticas), poção ou alimento da imortalidade, era também representado nomeadamente pelo *Soma* védico ou o *Haoma* masdeista. — As árvores de gomas ou resinas incorruptíveis desempenham um papel importante no simbolismo e foram algumas vezes tomadas como emblemas de Cristo.

zona zodiacal». Esta constituição encontra-se reproduzida no que se chama o «conselho circular» do *Dalai-Lama,* formado pelos doze grandes *Namshans* (ou *Nomekhans);* constituição esta que também se pode encontrar em certas tradições ocidentais, sobretudo nas que dizem respeito aos «Cavaleiros da Távola Redonda». Do ponto de vista da ordem cósmica, os doze membros do círculo interno de *Agarttha* não representam apenas os doze signos do Zodíaco (mas também estaríamos tentados a dizer «antes», se bem que as duas interpretações não se excluam) os doze *Adityas* que são outras tantas formas do Sol correspondentes a esses mesmos signos zodiacais ([12]): e como *Manu Vaisaswata* é chamado «Filho do Sol», o «Rei do Mundo» tem também o Sol entre os seus emblemas ([13]).

A primeira conclusão a tirar de tudo isto é de que existem, na verdade, analogias, muito fortes entre as descrições que, em quase todas as tradições, se referem a centros espirituais mais ou menos escondidos ou pelo menos dificilmente acessíveis. A única explicação plausível a dar é que, se estas descrições se referem a centros diferentes, como parece acontecer em certos casos, estes apenas são, por assim dizer, emanações de um centro único e supremo, do mesmo modo que todas as tradições particulares apenas são, no seu todo, adaptações da grande tradição primordial.

([12]) Afirma-se que os *Adityas* derivados de *Aditi* ou o «Indivisível») eram primitivamente sete, antes de serem doze, e que o seu chefe era então *Varuna.* Os doze *Adityas* são: *Dhâtri, Mitra, Aryaman, Rudra, Varuna, Sûrya, Bhaga, Vivaswat, Füshan, Savitri Twashtri, Vishnu.* E representam outras tantas manifestações de uma essência única e indivisível; igualmente se diz que estes doze sóis aparecerão todos simultaneamente no fim do ciclo, reentrando então na unidade essencial e primordial da sua natureza comum. — Na Grécia Antiga, os doze grandes Deuses do Olimpo correspondem também aos doze signos do Zodíaco.

([13]) Este símbolo corresponde exactamente ao que a liturgia católica atribui a Cristo quando o intitula de *Sol Justitiæ*; o Verbo é efectivamente o «Sol espiritual», isto é, o verdadeiro «Centro do Mundo»; por outro lado a expressão *Sol Justitiæ* refere-se directamente aos atributos de *Melki-Tsedeq.* Refira-se também que o Leão, animal solar era na Antiguidade e na Idade Média um emblema da justiça e o mesmo tempo da Força; No Zodíaco, signo do Leão é a casa do Sol. — O Sol de doze raios pode ser considerado como representando os doze *Adityas;* noutra perspectiva, se o Sol representa Cristo, os doze raios são os doze Apóstolos (a palavra *apóstolo* significa «enviado» e os raios são também «enviados» pelo Sol). Pode ver-se neste número de doze Apóstolos mais uma marca, entre muitas outras, da perfeita conformidade do Cristianismo com a tradição primordial.

Capítulo V

O SIMBOLISMO DO GRAAL

Ainda há pouco fizémos referência aos «Cavaleiros da Távola Redonda»; não será, pois, descabido explicar agora o significado da «demanda do Graal», que, nas lendas de origem céltica, é apresentada como sendo a sua função principal. Todas as tradições aludem a «qualquer coisa» que, a partir de certa época, teria sido perdida ou ocultada: é o caso, por exemplo, do *Soma* dos Hindus ou do *Haoma* dos Persas, a «poção da imortalidade», que tem uma relação muito directa com o *Graal,* na medida em que este é o vaso sagrado que guardou o sangue de Cristo, o qual é por sua vez, a «poção da imortalidade». Porém, o simbolismo é diferente: para os Judeus, o que se perdeu foi a pronunciação do Grande Nome Divino ([1]); contudo a ideia fundamental permanece sempre a mesma e veremos mais adiante a que corresponde ela exactamente.

O Santo Graal é o cálice que serviu na última Ceia e no qual José de Arimateia recolheu o sangue e a água que escorreram da ferida aberta, no flanco de Cristo, pela lança do centurião *Longin* ([2]). Reza a lenda que o cálice teria sido levado para a

---

([1]) A este propósito lembremos a ««Palavra Perdida» da Maçonaria que simboliza, de modo muito semelhante os segredos da verdadeira iniciação; «a procura da Palavra Perdida» não é mais que outra forma da «demanda do Graal». Isto justifica a relação assinalada pelo historiador Henri Martin entre a «demanda do Santo-Graal» e a Maçonaria (ver *O Esoterismo de Dante,* ed. 1957, pp. 35-36); as explicações que avançamos aqui permitirão compreender o que dizíamos, a este respeito, da conexão nítida existente entre o próprio simbolismo do Graal e o «centro comum» de todas as organizações iniciáticas.

([2]) O nome de *Longin* é da mesma família da palavra lança; em grego *logké* (que se pronuncia *lonké*); o termo latino *lancea* tem, de resto, a mesma raiz.

Grã-Bretanha por Nicodemo e pelo próprio José de Arimateia [3]. Veja-se aqui uma aproximação entre a tradição céltica e o Cristianismo. Com efeito, o cálice desempenha um papel muito importante na maior parte das tradições antigas, nomeadamente na tradição céltica; frequentemente o símbolo do cálice e o símbolo da lança encontram-se associados, sendo em certa medida, complementares um do outro; porém, o aprofundar destas questões afastar-nos-ia do nosso assunto [4].

O que traduz mais claramente o significado essencial do Graal é o que nos é dito acerca da sua origem: teria sido talhado pelos anjos numa esmeralda caída da fronte de Lúcifer aquando da sua queda [5]. Esta esmeralda lembra flagrantemente *urnâ*, a pérola frontal, que no simbolismo hindu (donde passou para o Budismo), ocupa frequentemente o lugar do terceiro olho de Shiva, representando o que pode chamar-se o «sentido da eternidade», como de resto, já explicámos [6]. Em seguida, é-nos dito que o Graal foi confiado a Adão no Paraíso terrestre e que este o perdeu aquando da sua queda, não o podendo levar consigo por ter sido expulso do Êden. Com a explicação já dada, isto parece-nos muito claro: com efeito, o homem separado do seu centro original, encontrava-se encerrado na esfera temporal; jamais poderia regressar de novo ao ponto único donde todas as coisas se contemplam através da visão da eternidade. Por outras palavras, a posse do «sentido da eternidade» liga-se ao que todas as tradições designam, como já assinalámos, por «estado primordial», cuja restauração constitui o primeiro estádio da verdadeira iniciação, a condição prévia da conquista efectiva dos estados «sobre-humanos» [7]. O Paraíso terrestre representa o «Centro do Mundo»; o que diremos adiante àcerca do sentido

---

(3) Estes dois personagens representam aqui respectivamente o poder real e o poder sacerdotal; o mesmo se passa com o Rei Artur e Merlin na instituição da «Távola Redonda».

(4) Diremos somente que o simbolismo da lança tem conexões com o «Eixo do Mundo». Nesta perspectiva o sangue que goteja da lança tem o mesmo significado que o orvalho que emana da «Árvore da Vida»; todas as tradições são unânimes em afirmar que o princípio vital está intimamente ligado com o sangue.

(5) Alguns autores referem uma esmeralda caída da coroa de Lúcifer; porém há nisso uma confusão que provém de que Lúcifer, antes da queda, era o «Anjo da Coroa» (ou seja *Kether*, a primeira *Sephirah)*, em hebreu *Hakathriel*, nome que tem, de resto, o número 666.

(6) *O Homem e o seu destino segundo o Vêdânta*, p. 150.

(7) Sobre este «estado primordial» ou «estado edénico», ver *O Esoterismo de Dante*, ed. 1957, pp. 46-48 e 68-70 e *O Homem e o seu destino segundo o Vêdânta*, p. 182.

original da palavra Paraíso poderá esclarecer ainda melhor esta afirmação.

Mas ainda mais enigmático pode parecer o que se segue: Seth conseguiu reentrar no Paraíso terrestre e recuperar o precioso vaso; o nome de Seth exprime ideias de fundamento e estabilidade, implicando, de algum modo, a ideia de restauração da ordem primordial destruída pela queda do homem [8]. Seth e os que depois dele possuiram o Graal puderam, deste modo, fundar um centro espiritual destinado a substituir o Paraíso perdido e que era como que uma imagem deste; a posse do Graal representa, assim, a preservação integral da tradição primordial através desse centro espiritual. De resto, a lenda não diz onde nem por quem o Graal foi conservado até à época de Cristo, mas a origem céltica que se lhe reconhece deixa transparecer claramente que os Druidas participaram na preservação do Graal e devem, por isso, ser reconhecidos como pertencentes ao número dos que, de modo regular, têm preservado a tradição primordial.

A perda do Graal ou de qualquer um dos seus equivalentes simbólicos representa, em suma, a perda da tradição com tudo o que esta comporta. Melhor dizendo, esta tradição está mais oculta do que perdida, ou pelo menos, perdeu-se apenas para certos centros secundários que romperam o seu elo de ligação com o centro supremo. Quanto a este último, preserva sempre intacta a herança da tradição, não sendo afectado pelas mudanças que sobrevêm no mundo exterior; eis porque, segundo diversos Doutores da Igreja, nomeadamente Santo Agostinho, o dilúvio não atingiu o Paraíso terrestre que é a «habitação de Henoch e a Terra dos Santos [9]», cujo cume «toca a esfera lunar» isto é, se encontra para lá do domínio da mudança (identificado este com o «mundo sub-lunar»), no ponto em que

---

(8) Seth permaneceu quarenta anos no Paraíso terrestre; o número 40 possui também um sentido de «reconciliação» ou de «retorno ao princípio». Os períodos medidos por este número são frequentes na tradição judaica-cristã: recordem-se entre muitos outros, os quarenta dias do dilúvio os quarenta anos durante os quais os Israelitas erraram pelo deserto, os quarenta dias que Moisés passou no Monte Sinai, os quarenta dias de jejum de Cristo (A Quaresma tem naturalmente o mesmo significado).

(9) «E Henoch caminhou com Deus e não apareceu mais (no mundo visível ou exterior), pois Deus tomou-o para si» (*Genesis*, V, 24), o que significa q ueteria sido levado para o Paraíso terrestre; é assim que pensam também alguns teólogos como Tostat e Cajetan. — Sobre a «Terra dos Santos ou «Terra dos Vivos» ver mais adiante, neste livro.

a Terra comunica com os Céus ([10]). Porém, tal como o Paraíso Terrestre se tornou inacessível, também o centro supremo, que é no fundo a mesma coisa, pode durante um determinado período não se manifestar exteriormente, donde pode concluir-se que a tradição se perdeu para o conjunto da humanidade, já que se conservou apenas em centros rigorosamente fechados, dela não participando a maioria dos homens de modo consciente e efectivo, contrariamente ao que tinha lugar no estado original ([11]); é esta a condição da época actual, cujo início remonta muito para lá do que à história corrente e «profana» se torna acessível. A perda da tradição pode, consoante os casos, ser entendida neste sentido geral ou conectada com o obscurecimento do centro espiritual que reagia mais ou menos invisivelmente os destinos de um determinado povo ou de uma determinada civilização; será, então, necessário, cada vez que se está perante um simbolismo que se lhe refere, ponderar bem se este deve ser interpretado num ou noutro sentido.

De acordo com o que acabamos de dizer, o Graal representa ao mesmo tempo duas coisas estreitamente solidárias uma com a outra: aquele que possui integralmente a «tradição primordial», que atingiu o grau de conhecimento efectivo implícito nessa posse, reintegra-se, apenas por este facto, na plenitude do «estado primordial». É para estas duas coisas, «estado primordial» e «tradição primordial» que remete o duplo sentido inerente ao termo *Graal*, na medida em que, através de uma dessas assimilações verbais que desempenham muitas vezes no simbolismo um papel não negligenciável, e que se fundamentam muito mais profundamente do que se poderia imaginar, o Graal é simultaneamente um vaso (*grasale*) e um livro (*gradale* ou *graduale*); este último aspecto designa manifestamente a tradição, enquanto aquele diz mais directamente respeito ao estado em si mesmo ([12]).

([10]) Isto está em conformidade com o simbolismo empregue por Dante, que situa o Paraíso terrestre no cume da montanha do Purgatório que nele se identifica com a «montanha polar» de todas as tradições.

([11]) A tradição hindu ensina que primitivamente existia uma só casta, chamada *Hamsa*, o que significa que todos os homens possuiam então normal e espontaneamente o grau espiritual designado por este nome e que está para lá da distinção das quatro castas actuais.

([12]) Em certas versões da lenda do Santo Graal, estes seus dois sentidos encontram-se estreitamente ligados: o livro torna-se uma inscrição traçada por Cristo ou por um anjo no próprio vaso. — Podem ver-se aqui elos de ligação com o «Livro da Vida» e com certos elementos do simbolismo apocalíptico.

Não é nossa intenção analisar aqui os aspectos secundários da lenda do Santo Graal, embora tenham também todos eles um valor simbólico, nem relatar a totalidade dos feitos dos «Cavaleiros da Távoa Redonda»; lembraremos apenas que a «Távola Redonda», construída pelo Rei Artur ([13]), de acordo com o traçado de Merlin, se destinava a receber o Graal logo que um dos Cavaleiros conseguisse conquistá-lo e transportá-lo da Grã-Bretanha para a Armórica. Essa mesa é, sem dúvida, um símbolo muito antigo, um dos que sempre estiveram associados à ideia de centros espirituais preservadores da tradição; a sua forma circular liga-se formalmente ao círculo zodiacal pela presença em seu redor de doze personagens principais ([14]), particularidade que, como já referimos, é uma constante na constituição deste tipo de centros espirituais.

Outro símbolo que se liga, sob um outro aspecto, à lenda do Graal, e que merece especial atenção é o de *Montsalvat* (literalmente «Monte da Salvação»), cujo cume se situa «nas orlas longínquas que nenhum mortal alcança» representado como que erguendo-se no meio do mar, numa região inacessível, por detrás da qual se levanta o Sol; é ao mesmo tempo a «ilha sagrada» e a «montanha polar», dois símbolos equivalentes de que voltaremos ainda a falar; é a «Terra da Imortalidade» identificada claramente com o Paraíso terrestre ([15]).

O significado primeiro do Graal é, no fundo, o mesmo que tem em toda a parte o vaso sagrado, e que no Oriente é dada ao cálice sacrificial que guardou originalmente, como dissemos, o *Soma* védico ou o *Haoma* masdeísta, isto é, a «poção da imortalidade», a qual confere ou restitui aos que a recebem, devidamente preparados, o «sentido da eternidade». Não nos alongaremos aqui, com o risco de nos afastarmos do nosso assunto, sobre o simbolismo do cálice sagrado e do seu conteúdo; para o estudar seria necessária uma outra obra específica, mas o que acabamos de expor parece-nos ser já suficiente para nos conduzir a outras considerações que julgamos revestirem-se da maior importância dentro do estudo que ora fazemos.

([13]) O nome de *Artur* contém um sentido de significação que se liga ao simbolismo «polar» e que explicaremos talvez numa outra ocasião.

([14]) Os «Cavaleiros da Távola Redonda» são por vezes em número de cinquenta (que era, para os Hebreus, o número do Jubileu, relacionado igualmente com o «Reino do Espírito Santo»), mas o seu número permanente é doze, que têm um papel preponderante. De assinalar também os doze pares de Carlos Magno, referidos noutras narrativas lendárias da Idade Média.

([15]) A similitude de *Montsalvat* com *Mêru* é assinalada pelos hindus e foi o que nos levou a examinar de mais perto o significado da lenda ocidental do Graal.

Capítulo VI

«MELKI-TSEDEQ»

Segundo as tradições orientais houve um tempo em que o *Soma* se tornou desconhecido, de modo que foi necessário substituí-lo, nos ritos sacrificiais, por um outra poção que já não era mais do que uma representação do *Soma* primitivo (1). O principal substituto encontrado foi o vinho a que, na tradição grega, se refere em grande parte a lenda de Dionísios (2). O ritual de tomar o vinho contém, em muitos casos, a verdadeira tradição iniciática; em hebreu, os termos *iain*, «vinho» e *sod*, «mistério», substituem-se um ao outro, como tendo o mesmo número (3); para os *Sufis*, o vinho simboliza o conhecimento esotérico, a doutrina reservada à elite que não convém ser revelada ao conjunto da humanidade, porque não é impunemente que o vinho é tomado por todos. Daí se conclui que o seu emprego num determinado rito confere a este último um carácter nitidamente iniciático,

---

(1) Segundo a tradição persa, existiram duas espécies de *Haoma:* o branco que apenas podia ser colhido na «montanha sagrada», o *Alborj*, e o amarelo que o substituiu quando os antepassados dos Iranianos abandonaram o seu *habitat* primitivo, e que igualmente se perdeu. Trata-se das fases sucessivas do obscurecimento espiritual que se produziu gradualmente através das diferentes idades do ciclo humano.

(2) *Dionísios* ou *Baco* tem múltiplos nomes que correspondem a outros tantos aspectos diferentes; sob um desses aspectos, pelo menos, a tradição fê-lo vir da Índia. A lenda, segundo a qual, teria nascido da coxa de *Zeus* baseia-se numa assimilação verbal curiosíssima: o termo grego *mêros*, «coxa» foi substituído pelo nome de *Mâru*, a «montanha polar», a que é quase idêntico fonèticamente.

(3) O número de cada uma destas duas palavras é 70.

como é o caso do sacrifício «eucarístico» de Melquisedeque ([4]), questão fundamental sobre a qual nos debruçaremos agora.

O nome de Melquisedeque ou mais exactamente *Melki-Tsedeq* não é senão o nome que, na tradição judaico-cristã, designa a função de «Rei do Mundo». Ainda hesitámos um pouco nesta afirmação, pois ela exige que seja explicada uma das passagens mais enigmáticas da Bíblia hebraica, mas a partir do momento em que decidimos tratar da questão do «Rei do Mundo», já não nos era possível calá-la por mais tempo. Aqui poderíamos retomar a palavra de S. Paulo: «Temos a respeito disto, muita coisa a dizer e coisas difíceis de explicar apenas porque vós vos tornastes lentos em compreender» ([5]).

Eis o texto dessa passagem bíblica: «E *Melki-Tsedeq*, rei de *Salem*, mandou que lhe trouxessem pão e vinho e ofereceu-os ao Deus Altíssimo (*El Elion*). E bendisse Abraão ([6]), dizendo: Bendito seja Abraão do Deus Altíssimo, possuidor do Céu e da Terra e bendito seja o Deus Altíssimo que entregou os teus inimigos nas tuas mãos. E Abraão deu-lhe o dízimo de tudo» ([7]).

Melki-Tsedeq é, pois, ao mesmo tempo, rei e sacerdote; o seu nome significa «Rei da Justiça»; ele é também o Rei de *Salem*, isto é, «Rei da Paz». Deparamos aqui com os termos «Justiça» e «Paz», precisamente os dois atributos fundamentais do «Rei do Mundo». O termo *Salem*, contrariamente à opinião generalizada, jamais designou de facto uma cidade real; é o nome simbólico da residência de *Melki-Tsedeq* e equivalente de *Agarttha*. É errado vê-lo como o primitivo nome de Jerusalém, pois este era *Jébus;* O nome de Jerusalém surge quando os Hebreus aí fundaram um centro espiritual e significava que a cidade passava a ser, a partir desse momento, como que uma imagem visível da verdadeira *Salem*; atente-se que o Templo foi edificado por Salomão cujo nome (*Shlomoh*) «o Pacífico», deriva igualmente de *Salem* ([8]).

Eis em que termos S. Paulo se refere a *Melki-Tshedeq:* «Melquisedeque, rei de Salem, sacerdote do Deus Altíssimo que saiu

---

([4]) O sacrifício de Melquisedeque é encarado habitualmente como uma «pré-figuração» da Eucaristia; o sacerdócio cristão identifica-se, em princípio, com o próprio sacerdócio de Melquisedeque, segundo a aplicação feita a Cristo da palavra dos *Salmos*: «Tu es sacerdos in acternum secundum ordinem Melquisedeque» (*S.*, CX, 4).

([5]) *Epístola aos Hebreus*, V, 11.

([6]) O nome de Abrão não tinha sido transformado em *Abraão;* ao mesmo tempo (*Genesis*, XVII) e nome da sua esposa *Sarai* transformou-se em *Sarah*, de modo que a soma dos números dos dois nomes coninuou a ser a mesma.

([7]) *Genesis*, XIV, 19-20.

ao encontro de Abraão quando este regressava da matança dos reis, que o abençoou e a quem Abraão deu o dízimo de tudo, é em primeiro lugar e, de acordo com o significado do seu nome, Rei da Justiça, e em seguida, Rei de Salem, isto é, Rei da Paz; existe sem pai, sem mãe, sem genealogia, não tem princípio nem fim a sua vida, mas sendo feito semelhante ao Filho de Deus, permanece sacerdote para todo o sempre» ([9]).

Melki-Tsedeq é representado como superior hierárquico de Abraão, porque o abençoa e «indubitavelmente é o inferior que é abençoado pelo superior» ([10]); por seu turno, Abraão reconhece esta superioridade visto ser ele quem lhe dá o dízimo que representa a marca da sua dependência. Eis uma verdadeira «investidura», quase no sentido feudal do termo, mas com a diferença de esta ser de natureza espiritual: eis aqui o ponto de junção da tradição hebraica com a grande tradição primordial. A bênção de que falámos é, em propriedade, a comunicação de uma «influência espiritual», na qual, doravante, Abraão irá participar; a fórmula empregue coloca Abraão em contacto directo com o «Deus Altíssimo» que o mesmo Abraão invoca em seguida identificando-o com *Jeová* ([11]). Assim, se *Melki-Tsedeq* é ele próprio, superior a Abraão, é porque o «Altíssimo» (*Elion*) que é o Deus de *Melki-Tsedeq*, é, ele próprio, superior ao «Todo-Poderoso» (*Shaddai*) que é o Deus de Abraão, ou por outras palavras, porque o primeiro destes dois nomes representa um aspecto divino mais elevado do que o segundo. Por outro lado, o que é extremamente importante e contudo dá a sensação de nunca ter sido referido, é que *El Elion* é o equivalente de *Emmanuel*, tendo estes dois nomes exactamente o mesmo número ([12]), aspecto que aproxima claramente a história de *Melki-Tsedeq* da dos «Reis Magos», de que já explicámos o significado. Ainda uma outra ilação: o sacerdócio de *Melki-Tsedeq* é o sacerdócio de *El-Elion* e o sacerdócio cristão é o de *Emmanuel;* mas se, *El Elion* é *Emmanuel*, estes dois sacerdócios são um só, sendo que, o sacerdócio cristão que, de resto, comporta essencialmente a oferenda

---

([8]) A mesma raiz encontra-se ainda nas palavras *Islam e moslem* (muçulmano); a «submissão à Vontade Divina» (significado de *Islam*) é a condição necessária para a «Paz»; deve ver-se esta idea como próxima do significado do *Dharma* hindu.

([9]) *Epístola aos Hebreus*, VII, 1-3.

([10]) *Ibid.*, VII, 7.

([11]) *Genesis*, XIV, 22.

([12]) O número de cada um destes nomes é 197.

eucarística do pão e do vinho é «conforme a ordem de Melquisedeque» ([13]).

A tradição judaico-cristã distingue dois sacerdócios, um «conforme a ordem de Aarão», outro «conforme a ordem de Melquisedeque», sendo este superior àquele, tal como Melquisedeque é, ele próprio, superior a Abraão, de quem descende a tribo de Levi e por conseguinte a família de Aarão ([14]). Esta superioridade, afirma-a claramente S. Paulo ao dizer: «O próprio Levi que cobra o dízimo (ao povo de Israel), pagou-o, por assim dizer, através de Abraão» ([15]). Por ora, não nos alongaremos mais sobre a significação destes dois sacerdócios; limitar-nos-emos apenas a citar uma outra passagem de S. Paulo: «Aqui (no sacerdócio levítico) são homens que morrem os que cobram os dízimos; ali, porém, um homem de quem se atesta que vive ([16]). Este «homem que vive», que é *Melki-Tsedeq*, é *Manu*, o que vive «para todo o sempre» (em hebreu *le-êlam*), ou seja, para toda a duração do seu ciclo (*Manvantara*) ou do mundo especialmente regido por ele. Eis porque existe «sem genealogia», pois a sua origem é «não humana», visto ele próprio ser o arquétipo do homem, feito à imagem e semelhança do Filho de Deus, já que, pela Lei que formula, ele é, para este mundo, a expressão e a própria imagem do Verbo Divino ([17]).

Ainda outros considerandos: na lenda dos «Reis Magos» vemos três personagens distintos que são os três chefes da hierarquia iniciática; na de *Melki-Tsedeq* há apenas um, que une em si, os aspectos correspondentes às três funções enumeradas.

([13]) Esta é a justificação completa da identidade anunciada; porém, é conveniente observar que a participação na tradição pode não ser sempre consciente; neste caso, não sendo ela menos real como meio de transmissão das «influências espirituais», não implica, contudo, o acesso efectivo a qualquer grau da hierarquia iniciática.

([14]) De acordo com o anteriormente dito, esta superioridade corresponde à da Nova Aliança sobre a Antiga Lei *Epístola aos Hebreus*, VII, 22). Poderia explicar-se porque é que Cristo nasceu da tribo real da Judá e não da tribo sacerdotal de Levi (ver *Ibid.* VII, 11-17), mas essas considerações levar-nos-iam demasiado longe. — A organização das doze tribos que descendem dos doze filhos de Jacob prende-se naturalmente com a constituição duodenária dos centros espirituais.

([15]) *Epístola* aos Hebreus, VII, 9.

([16]) *Ibid.*, VII, 8.

([17]) Na *Pistis Sophia* dos Gnósticos de Alexandria, Melquisedeque é qualificado de «Grande Recebedor da Luz Eterna»; qualificação que corresponde ainda à função de *Manu* que recebe a Luz inteligível por um raio emanado directamente do Princípio, a fim de a reflectir no mundo do seu domínio; esta a razão porque *Manu* é chamado «Filho do Sol».

Assim, alguns autores fazem a distinção entre *Adoni-Tsedeq*, o «Senhor da Justiça», que, por sua vez, se desdobra em *Kohen-Tsedeq*, o «Sacredote da Justiça» e *Melki-Tsedeq* o «Rei da Justiça»; a estes três aspectos podem fazer-se corresponder respectivamente as funções de *Brahâtmâ*, *Mahâtmâ* e *Mahânga* ([18]). Embora *Melki-Tsedeq* corresponda apenas, neste esquema, ao terceiro aspecto, aplica-se normalmente por extensão, ao conjunto dos três e se é empregue preferencialmente em relação aos outros, é porque, a função que exprime, é a que mais próxima está do mundo exterior, logo a que se manifesta de forma mais imediata. A designação de «Rei do Mundo», bem como a de «Rei da Justiça», apenas aludem ao poder real; também existe na Índia a designação do *Dharma-Raja*, literalmente equivalente à de *Melki-Tsedeq* ([19]).

Tomando agora o nome de *Melki-Tsedeq* no seu sentido mais restrito, diremos, que a balança e a espada são os atributos próprios do «Rei da Justiça» e os mesmos de *Mikäel*, o «Anjo do Julgamento» ([20]). Estes dois emblemas representam respectivamente, na ordem social, as duas funções, administrativa e militar, próprias dos *Kshatriyas* e são os dois elementos constitutivos do poder local. Hieroglificamente são também os dois caracteres que formam a raíz hebraica e árabe *Haq* que significa, ao mesmo tempo, «Justiça» e «Verdade» ([21]) e que para diversos povos antigos serviu para designar a realeza ([22]). *Haq* é a força que faz reinar a Justiça, isto é, o equilíbrio simbolizado pela balança,

---

([18]) Existem ainda outras tradições relativas a *Melki-Tsedeq*; segundo uma teria sido consagrado no Paraíso terrestre pelo anjo *Mikael*, com a idade de 52 anos. Este número simbólico 52 tem um papel importante na tradição hindu, que o considera como sendo o número total dos sentidos incluídos no *Veda*; a esses sentidos correspondem outras tantas pronúncias diferentes do monossílabo *Om*.

([19]) Este nome ou, melhor este título, de *Dharma-Râja* aplica-se, nomeadamente no *Mahâbhârata*, a *Yudhishthira*, mas foi primitivamente aplicado a *Yama*, «o Juiz dos Mortos», cuja relação clara com *Manu* já foi por nós indicada.

([20]) Na iconografia cristã, o anjo *Mikael* figura com estes dois atributos nas representações do «Juízo Final».

([21]) Para os Antigos Egípcios também *Mâ* ou *Maât* representava, ao mesmo tempo, a «Justiça» e a «Verdade»; vêmo-la representada num dos pratos da balança do «Julgamento», enquanto que no outro está um vaso, hieroglifo do coração. — Em hebreu, *hoq* significa «decreto» (*S.* II, 7).

([22]) A palavra *Haq* tem como valor numérico 108 que é um dos números cíclicos fundamentais. — Na Índia, o terço de Shira é composto por 108 contas e o seu significado primeiro simboliza a «cadeia dos mundos», isto é, o encadeamento causal dos ciclos ou dos estados da existência.

enquanto a força o é pela espada ([23]): eis o que caracteriza o papel essencial do poder real e o que é, também, na ordem espiritual, a força da Verdade. Existe uma forma suavizada da raíz *Haq*, obtida pela substituição do signo da força material pelo da força espiritual: *Hak* designa sobretudo a «Sabedoria» (em hebreu *Hokmah*) e, por isso mesmo, aplica-se mais em relação à autoridade sacerdotal enquanto *Haq* corresponde melhor à ideia de poder real. Isto é ainda confirmado pelo facto de duas formas correspondentes e com sentidos semelhantes poderem encontrar-se também na raiz *kan* que em muitas línguas significa «poder» ou «força» e também «conhecimento» ([24]): assim, a forma *kan* representa sobretudo o poder espiritual ou intelectual, idêntico à Sabedoria (donde *kohen*, «sacredote» em hebreu), enquanto *qan* é a forma que corresponde ao poder material (donde diferentes termos expressando a ideia de «posse», nomeadamente *Qain*) ([25]). A análise destas raízes e dos seus derivados poderia dar lugar a muitas outras considerações, mas é preferível cingirmo-nos apenas ao que directamente diz respeito ao nosso tema central.

Para conclusão do que ficou exposto, voltemos ao que a Cabala hebraica diz acerca de *Shekinah:* esta é representada no «mundo inferior» pela última das dez *Sephiroth*, chamada *Malkuth*, isto é, o «Reino», designação digna de nota na perspectiva deste livro; mas mais interessante é o facto de, entre os sinónimos geralmente atribuídos a *Malkuth*, se encontrar *Tsedeq*, o «Justo» ([26]) Esta relação entre *Malkuth* e *Tsedeq*, ou entre a Realeza (o Governo do Mundo) e a Justiça, encontra-se precisamente no nome de *Melki-Tsedeq*. Trata-se aqui da Justiça distributiva e equilibradora, na «coluna do meio» da árvore sefirótica, sendo necessário distingui-la da Justiça oposta à Misericórdia

---

([23]) Esta significação poderia resumir-se na fórmula: «a força ao serviço do direito», se os modernos não tivessem abusado demasiado dela, tomando-a num sentido exclusivamente exterior.

([24]) Ver *O Esoterismo de Dante*, ed. 1957, p. 58.

([25]) *Khan*, título dado aos chefes pelos povos da Ásia Central terá porventura a mesma raíz.

([26]) *Tsedeq* é também o nome do planeta Júpiter, cujo anjo é chamado *Tsadqiel-Melek*; a semelhança com *Melki-Tsedeq* (ao qual apenas se juntou a partícula *El*, o nome divino que forma a terminação comum de todos os nomes angélicos) é aqui demasiado evidente para que se insista nela. Na Índia, o mesmo planeta toma o nome de *Brihaspati*, que é igualmente o «Pontífice Celeste». — Um outro sinónimo de *Malkuth* é *Sabbath*, cujo sentido de «repouso» se refere de modo evidente à ideia de «Paz», tanto mais que esta ideia exprime como já vimos, o aspecto exterior da própria *Shekinah*, aquele pelo qual ela se comunica ao «mundo inferior».

e identificada com o Rigor, na «coluna da esquerda», pois são dois aspectos diferentes (em hebreu existem dois vocábulos para as designar: *Tsedaqah*, a primeira; *Din*, a segunda). Ao primeiro destes aspectos refere-se a ideia de Justiça, no seu sentido, ao mesmo tempo, mais restrito e mais completo, o que implica preferencialmente a ideia de equilíbrio e de harmonia, ligada indissoluvelmente à ideia de Paz.

Malkuth é «o reservatório em que se reunem as águas que vêm do rio do alto, isto é, todas as emanações (graças ou influências espirituais) que ela verte em abundância» ([27]). Este rio «do alto» e as águas que descem dele, lembram estranhamente o significado atribuído,, na tradição hindu, ao rio celeste *Ganga: Shakti*, de que *Gangâ* é um dos aspectos, apresenta certas analogias com *Shekinah*, devido à sua função comum de «providencial». O reservatório das águas celestes, identifica-se claramente com o centro espiritual do nosso mundo: dele partem os quatro rios do *Pardes* que se encaminham na direcção dos quatro pontos cardeais. Para os Judeus, este centro espiritual identifica-se com a colina do Sião, a que chamam «Coração do Mundo», designação comum a todas as «Terras Santas» e que, para eles, é em certa medida, o equivalente do *Mêru* dos Hindus ou do *Alborj* dos Persas ([28]). «O Tabernáculo da Santidade de *Jeová*, a residência de *Shekinah*, é o Santo dos Santos que é o coração do Templo, que é, ele próprio o Centro do Sião (Jerusalém), do mesmo modo que a Santa Sião é o centro da Terra de Israel e a Terra de Israel o centro do mundo» ([29]).

Indo mais longe: não apenas tudo o que foi enumerado aqui, tomando-o pela sua ordem inversa, mas também, depois do Tabernáculo no Templo, a Arca da Aliança no Tabernáculo e, sobre a própria Arca da Aliança, o lugar da manifestação de *Shekinah* (entre os dois *Querubins)*, representam outras tantas aproximações sucessivas do «Pólo espiritual».

Por estas razões, Dante refere-se a Jerusalém como sendo o «Pólo espiritual» ([30]); porém, desde que se abandone a perspectiva judaica, tudo isto se torna essencialmente simbólico e não constitui qualquer tipo de referência estritamente geográfica.

([27]) P. Vulliaud, *A Cabala judaica*, t. I, p. 509.

([28]) Para os Samaritas este mesmo papel é desempenhado pelo Monte *Garizim*, a que designam de «Montanha Abençoada», «Colina Eterna», «Monte da Herança», «Casa de Deus» e o Tabernáculo dos seus Anjos, a morada de *Shekinah;* é mesmo identificado com a «Montanha Primordial» (*Har Qadim*) onde existiu o *Eden* e que não foi submergida pelas águas do dilúvio.

([29]) P. Vulliaud, *A Cabala judaica*, t. I, p. 509.

Todos os centros espirituais secundários, constituídos de modo a adaptar a tradição primordial a condições determinadas, são sempre, já o demonstrámos, imagens do centro supremo. Sião pode ser um desses centros secundários e contudo, identificar-se simbolicamente com o centro supremo em virtude dessa semelhança. Sem dúvida, que Jerusalém é, como o seu nome indica, uma imagem da verdadeira *Salem*; o que dissemos e diremos ainda acerca da «Terra Santa», que não é somente a Terra de Israel, permitirá compreendê-lo sem dificuldade.

Uma outra designação que pode ser dada como sinónimo de «Terra Santa» é a de «Terra dos vivos»; esta designa manifestamente a «Morada da Imortalidade», podendo aplicar-se com rigor ao Paraíso terrestre ou aos seus equivalentes simbólicos. Também foram assim designadas as «Terras Santas» secundárias, nomeadamente a «Terra de Israel». Diz-se que a «Terra dos Vivos compreende sete terras», e Vulliaud faz notar que «esta terra é Canaan na qual havia sete povos» ([31]), o que, literalmente é exacto, mas simbolicamente estas sete terras podem muito bem, como a tradição islâmica nos ensina, corresponder aos sete *dwîpas*, que, segundo a tradição hindu, têm *Mêru* como centro comum e aos quais nos referiremos ainda. Do mesmo modo, na representação dos antigos mundos ou das criações anteriores à nossa pelos «sete reis de Edom» (relacionando-se aqui o número septenário com os sete «dias» do *Genesis*) há uma semelhança demasiado flagrante para ser acidental com as eras dos sete *Manus*, contadas desde o início do *Kalpa*, até à época actual ([32]).

([30]) *O Esoterismo de Dante*, ed. 1957, p. 64.

([31]) *A Cabala judaica*, i. II, p. 116.

([32]) Um *Kalpa* compreende catorze *Manvantaras; Vaisawata*, o presente *Manu* é o sétimo deste *Kalpa*, chamado *ShïShwêta-Varâha-Kalpa* ou «Era do Javali Branco». — Um outro dado curioso: os Judeus dão a Roma o nome de *Êdom;* ora, a tradição fala de sete reis de Roma, o segundo dos quais, *Numa*, considerado como o legislador da cidade, tem um nome que é a regressão silábica exacta de *Manu* e que pode ser associado ao termo grego *nomos*, «lei». É, pois, de pensar que estes sete reis de Roma não são mais que, numa dada perspectiva, uma representação particular os sete *Manus* para uma civilização determinada, tal como, por outro lado, os sete sábios da Grécia são em condições similares, uma representação dos sete *Rishis* em que se sintetiza a sabedoria do ciclo imediatamente anterior ao nosso.

Capítulo VII

«LUZ» OU A MORADA DA IMORTALIDADE

Encontramos na tradição de um grande número de povos referências ao «mundo subterrâneo»; não vamos aqui enumerá-las, tanto mais que algumas não apresentam uma relação muito directa com o tema em estudo. Contudo, de um modo geral, pode dizer-se que o «culto das cavernas» sempre esteve ligado mais ou menos à ideia de «lugar interior» ou de «lugar central» e que, nesta perspectiva, o símbolo da caverna e o do coração são próximos um do outro ([1]). Existem, de facto, quer na África central quer na América e possivelmente em mais outros lugares, cavernas e subterrâneos onde alguns centros iniciáticos puderam manter-se durante séculos. Para além deste facto, há, acerca desta questão, toda uma parte de simbolismo que é determinante, podendo mesmo pensar-se que foram razões de ordem simbólica que determinaram a escolha de lugares subterrâneos para o estabelecimento desses centros iniciáticos, muito mais do que motivos práticos de prudência. Saint-Yves talvez tivesse podido chegar a explicar este simbolismo, mas não o fez, e é isto que dá a certas passagens do seu livro uma aparência de fantasmagoria ([2]). Quanto a Ossendowski, foi manifestamente incapaz de interpretar, para lá do sentido mais imediato, os factos que lhe foram relatados.

Voltando às tradições acerca dos «mundos subterrâneos», é de referir a que no Judaísmo fala de uma cidade misteriosa cha-

---

([1]) A caverna ou a gruta representam a cavidade do coração, considerado como centro do ser, bem como o interior do «Ovo do Mundo».

([2]) Citaremos como exemplo a passagem que relata a «descida aos Infernos»; os que tiverem oportunidade, poderão compará-la com o que, sobre o mesmo assunto, afirmamos em *O Esoterismo de Dante*.

mada *Luz* ([3]). Originariamente, este era o nome do lugar onde Jacob teve o seu sonho, após o qual lhe chamou *Beith-El*, isto é, «Casa de Deus» ([4]) (voltaremos ainda a este ponto). É-nos dito que nela o «Anjo da Morte» não consegue entrar, nem ter aí qualquer poder; por um singular, mas significativo paralelismo, alguns situam-na próxima do *Alborj*, para os Persas, igualmente a «Morada da Imortalidade».

Diz-se existir, perto de *Luz*, uma amendoeira (também chamada *luz*, em hebreu) na base da qual uma cavidade abre para um subterrâneo ([5]) que leva à cidade que se encontra completamente oculta. O vocábulo *Luz*, nas suas diversas acepções, parece, aliás, derivar de uma raiz, a qual designa tudo o que está oculto, coberto, envolto, silencioso ou secreto, e é de notar que as palavras que designam o Céu têm primitivamente o mesmo significado. Geralmente estabelece-se uma relação entre *cœlum* e o grego *koilon*, «cavidade» (o qual pode ter também uma relação com a caverna, tanto mais que Varron prova essa afinidade com a expressão: a *cavo cœlum)*; a forma mais antiga e mais correcta parece ser *cœlum* que lembra *caelare*, «esconder». Por outro lado, o termo sânscrito *Varuna* deriva da raiz *var*, «cobrir» (que é também o sentido da raiz *Kal*, da qual se aproximam a forma *Ouranos* é aponas outra forma de *varuma*, pela mudança de latina *celare*, outra forma de *caelare*, e o seu sinónimo grego *Kaluptein*) ([6]); o termo grego *Ouranos* é apen outra forma de *var* em *ur*, logo, todas estas palavras têm por significado «o que

---

([3]) Estas informações são tiradas em parte da *Jewish Encyclopedia* (VIII, 219).

([4]) *Genesis*, XXVIII, 19.

([5]) As tradições de certos povos da América do Norte, referem-se a uma árvore, pela qual os homens que viviam primitivamente no interior da terra teriam vindo à superfíce, enquanto outros da mesma raça permaneceram no mundo subterrâneo. É provável que Bulwer-Lytton se tenha inspirado nestas tradições no livro *A Raça Futura* (*The Coming Race*). Uma nova edição tem o título: *A Raça que nos exterminará.*

([6]) Da raiz *kal* derivam outras palavras latinas, como *caligo* e talvez o composto *occultus*. Por outro lado, é possível que a forma *caelare* provenha originariamente de uma raiz dliferente: *caed*, «cortar» ou «dividir» (donde também *caedere*), e por consequência, o sentido de «separar» ou «esconder»; de qualquer modo, as ideias expressas por estas raízes são, como se vê, muito próximas umas das outras, o que permite pensar-se numa assimilação entre *caelare* e celare, mesmo se estas duas formas são etimologicamente independentes.

cobre» ([7]) «o que oculta» ([8]), mas também «o que está oculto», expressão de sentido duplo: o que está oculto para os sentidos, isto é, o domínio suprasensível; mas também, nos períodos de ocultação ou obscurecimento, quando a tradição deixa de se manifestar externa e abertamente, o «mundo celeste», tornado então «mundo subterrâneo».

Sob uma outra perspectiva, compare-se com o Céu: *Luz* é chamada a «cidade azul», a cor da safira ([9]) e também a «cor celeste». Para os hindus, a cor azul da atmosfera é produzida pela reflexão da luz sobre uma das faces de *Mêru*, a face meridional, que fita o *Jambu-dwîpa e* que é composta por safiras: é evidente que o simbolismo continua aqui a ser o mesmo. *Jambp--dwîpa* não corresponde apenas à Índia como geralmente se crê, mas representa, na realidade, a globalidade do mundo terrestre, no seu estado actual; este mundo é considerado como situando-se todo a sul de *Mêru*, visto este se identificar com o pólo setentrional ([10]). Os sete *dwîpas* (literalmente, «ilhas» ou «continentes») emergem sucessivamente, no decorrer de certos períodos cíclicos, de tal forma que cada um deles representa o mundo terrestre considerado no período correspondente, formam um lótus em cujo centro está *Mêru*, a partir do qual se orientam

---

([7]) O «Tecto do Mundo» comparável à «Terra Celeste» ou à «Terra dos Vivos» tem, nas tradições da Ásia Central, estreitas relações com o «Céu Ocidental», onde reina *Avalokitêshwara*. — Sobre o sentido de «cobrir», recorde-se a expressão maçónica «estar a coberto»: o chão estrelado da Loja representa a abóbada celeste.

([8]) É o véu de *Isis* ou de *Neith* para os egípcios: o «véu azul da Mãe Universal na tradição extremo-oriental (*Tao-te-king*, cap. VI); se se dá este sentido ao Céu visível, pode ver-se nisso uma alusão ao papel do simbolismo «escondendo» ou «revelando» as verdades superiores.

([9]) A safira desempenha um papel importante no simbolismo bíblico aparece com frequência nas visões dos profetas.

([10]) Em sânscrito o Norte é designado por *Uttara*, isto é, a região mais elevada e a sul por *Dakoghina*, a região da direita, ou seja, a que está à direita na direcção do Oriente. *Uttarayana* é a marcha ascendente do Sol em direcção ao Norte, começando no solstício do inverno e terminando no solstício do verão; *dakshinâyana* é a marcha descendente do Sol em direcção ao Sul, começando no solstício do verão e terminando no solstício do inverno.

segundo as sete regiões do espaço ([11]). Há, pois, uma face de *Mêru* voltada para cada um dos sete *dwîpas*; tendo cada uma delas uma cor do arco-íris ([12]) e sendo o branco a síntese dessas sete cores, universalmente atribuída à autoridade espiritual suprema ([13]); esta é a cor de *Mêru*, considerado em si mesmo (veremos que ele é designado como «montanha branca»), enquanto os outros representam apenas os seus aspectos correspondentes aos vários *dwîpas*. Parece que, ao período de manifestação de cada *dwîpa*, corresponde uma posição diferente de *Mêru;* porém, na realidade, ele é imóvel, porque é o centro — o que muda, de um período para outro, é a orientação do mundo terrestre em relação a ele.

Voltemos ao termo hebraico *Luz* e às suas múltiplas significações: comummente significa «amêndoa» (e também «amandoeira», designando, por extensão, a árvore e o fruto) ou «núcleo»; como se sabe, o núcleo é o que existe de mais interior,

---

([11]) No simbolismo hindu (que o próprio Budismo conservou na lenda dos «sete passos»), as sete regiões do espaço são os quatro pontos cardeais, mais o Zénite e o Nadir e o próprio centro; a sua representação forma uma cruz de três dimensões (seis direcções opostas duas a duas a partir do centro). Também no simbolismo cabalístico, o «Santo Palácio» ou «Palácio Interior» está no centro das seis direcções que formam com ele o septenário. Clemente de Alexandria afirma que de Deus, o «Coração do Universo», partem as vastidões indefinidas que se dirigem, uma para cima, outra para baixo, esta à direita, aquela à esquerda, uma para a frente, outra para trás; dirigindo o seu olhar para estas seis vastidões como para um número sempre igual, Deus completou o mundo; ele é o começo e é o fim (o *alfa* e o *ómega*), nele se completando as seis fases do tempo e é dele que elas recebem a sua extensão indefinida; eis aqui o segredo do número 7» (citado por P. Vulliaud, *A Cabala judaica*, t. I, pp. 215-216). Tudo isto se refere ao desenvolvimento do ponto primordial no espaço e no tempo; as seis fases do tempo, correspondendo respectivamente às seis direcções do espaço, são seis períodos cíclicos, subdivisões de um outro período mais geral, e por vezes representadas simbolicamente como seis milenários; podem também comparar-se aos seis primeiros «dias» do *Genesis*, sendo o sétimo ou *Sabbath*, a fase de retorno ao Princípio, isto é, ao centro. Temos assim sete períodos aos quais pode talvez associar-se a manifestação respectiva dos sete *dwîpas;* cada um destes períodos corresponde a um *Manvantara*, compreendendo o *Kalpa* duas séries septenárias completas; é evidente que o mesmo simbolismo é aplicável, em diferentes graus, segundo se considerem períodos cíclicos mais ou menos alongados.

([12]) Ver o que atrás ficou dito sobre o simbolismo do arco-íris. — Na realidade apenas existem seis cores, complementares duas a duas e correspondendo às seis direcções opostas duas a duas; a sétima cor não é senão o próprio branco, tal como a sétima região se identifica com o centro.

([13]) Não é sem razão que, na hierarquia católica, a cor das vestes papais é o branco.

de mais oculto, de mais fechado, donde a ideia de «inviolabilidade» ([14]) (que se encontra no nome de *Agarttha*). Dá-se também este nome a uma partícula corpórea indestrutível, representada simbolicamente como um osso muito duro, ao qual a alma permanece unida depois da morte até à ressurreição ([15]). Tal como o núcleo contém o gérmen e o osso a medula, *Luz* contém em si os elementos virtuais necessários à restauração do ser; restauração que irá operar-se sob a influência do «orvalho celeste», revificando os ossos descarnados; é a isto que alude S. Paulo quando diz que «Disseminado na corrupção, ele ressuscitará na glória» ([16]). Aqui, como sempre, a «glória» refere-se a *Shekinah*, considerada no mundo superior e com a qual, como já vimos, o «orvalho celeste» tem uma estreita relação. Sendo imperecível ([17]), *Luz*, é, no ser humano, o «núcleo da imortalidade», tal como o lugar designado pelo mesmo nome é a «morada da imortalidade». Em ambos não entra o poder do «Anjo da Morte». O «núcleo da imortalidade» é, de certo modo, o ovo ou o embrião do Imortal ([18]) e pode ser comparado à crisálida donde sairá a borboleta ([19]), comparação que traduz exactamente o seu papel em relação à ressurreição do ser.

Luz é situada na extremidade inferior da coluna vertebral, o que podendo parecer imediatamente estranho, se compreende melhor se estabelecermos uma comparação com o que a tradição hindu diz da força chamada *Kundalinî* ([20]) que é uma forma

---

([14]) Eis porque a amendoeira é considerada como um símbolo da Virgem.

([15]) É curioso assinalar que esta tradição judaica inspirou muito provavelmente certas teorias de Leibnitz a propósito do «animal» (isto é, do ser vivo) subsistindo perpetuamente com um corpo, mas «reduzido ao pequeno» depois da morte.

([16]) *1.ª Epístola aos Cristãos*, XV, 42. — Há nestas palavras uma aplicação estrita da lei da analogia: «O que está em cima é igual ao que está em baixo, mas no sentido inverso».

([17]) Em sânscrito, o termo *akshara* significa «indissolúvel», e por consequência, «imperecível» ou «indestrutível»; designa a sílaba, elemento primeiro e gérmen da linguagem e aplica-se por excelência ao monossílabo *Om* que é dito conter em si a essência do triplo *Vêda*.

([18]) Existem equivalentes, sob outras formas, nas diferentes tradições e em particular, com importantíssimos desenvolvimentos, no Taoísmo. — Nesta perspectiva, é análogo, na ordem «microcósmica» ao que o «Ovo do Mundo» é na ordem «macrocósmica» na medida em que encerra as possibilidades do «ciclo futuro» a *vita venturi soeculi* do Credo católico).

([19]) Pode remeter-se aqui para o simbolismo grego de *Psyché* que assenta em grande parte nesta comparação (ver *Psyché*, por F. Pron).

([20]) *Kundali* (no feminino, *kundalint*), significa: enrolado em forma de anel ou espiral; este enrolamento simboliza o estado embrionário e «não desenvolvido».

da Shakti considerada como imanente ao ser humano ([21]). Esta força é representada sob a forma de uma serpente enrolada sobre si mesma, numa região do organismo subtil que corresponde precisamente à extremidade inferior da coluna vertebral; pelo menos, assim acontece no homem normal, mas, pelo efeito de determinadas práticas, tais como as do *Hatha-Yoga*, ela acorda, desenvolve-se e eleva-se através das «rodas» (*chakras*) ou «lotus» (*kamalas*) correspondentes aos diversos plexus, até atingir a região correspondente ao «terceiro olho», o olho frontal de *Shiva*. Este estádio representa a restituição ao «estado primordial», em que o homem recupera o «sentido da eternidade» e através do qual alcança aquilo a que já chamamos imortalidade virtual. Até lá, continuamos ainda num estado humano; numa fase posterior, a *Kundalinî* atinge finalmente a coroa da cabeça ([22]) — é esta a última fase que corresponde à conquista efectiva dos estados superiores do ser. Pode, pois, concluir-se desta comparação que a localização de *Luz* na parte inferior do organismo se refere unicamente à condição do «homem pecador» tal como para a humanidade terrestre considerada no seu conjunto, acontece com a localização do centro espiritual supremo no «mundo subterrâneo» ([23]).

([21]) Nesta perspectiva e numa dada relação, a sua «morada» é também identificada com a cavidade do coração; aludimos já a uma relação existente entre a *Shakti* hindu e a *Shekinah* hebraica.

([22]) É *Brahma-randhra* ou orifício de *Brahma*, ponto de contacto da *sushumna* ou «artéria coronária» com o «raio solar»; expusemos, de forma completa, este simbolismo no livro *O Homem e o seu destino segundo a Vêdânta*.

([23]) Com isto se relaciona muito directamente a seguinte frase hermética bem conhecida: «Visia inferiora terræ, rectificando invenies occultum lapidem, veram medicinam», que dá como acróstico o termo Vitriolum. A «pedra filosofial» é ao mesmo tempo, sob um outro aspecto, a «verdadeira medicina», isto é, o «elixir da longa vida» que mais não é do que a «poção da imortalidade».— Escreve-se por vezes *interiora* em lugar de *inferior*, mas o sentido geral mantém-se e alude sempre, de forma clara, ao «mundo subterrâneo».

Capítulo VIII

O CENTRO SUPREMO OCULTO DURANTE O «KALI-YUGA»

Agarttha nem sempre se situou nos subterrâneos, nem permanecerá aí para sempre; virá um tempo em que, segundo as palavras recolhidas por Ossendowski, «os povos de *Aggharti* sairão das suas cavernas para a face da terra» ([1]). Antes da sua ocultação para o mundo visível, *Agarttha* teve um outro nome, já que este nome de *Agarttha*, que significa «inatingível» ou «inacessível» (e «inviolável», porque é a «morada da Paz», *Salem*), não lhe era então apropriado. Ossendowski precisa que *Agarttha* desceu aos subterrâneos «há mais de seis mil anos», o que corresponde muito aproximadamente ao início do *Kali-Yuga* ou «idade negra», a «idade do ferro» dos antigos Ocidentais, o último dos quatro períodos em que se divide o *Manvantara* ([2]), e o seu reaparecimento está previsto coincidir também com o fim deste período.

Já dissemos que todas as tradições aludem a qualquer coisa que se perdeu ou ocultou, a qual é representada sob diversos símbolos, facto que, no seu sentido mais geral, diz respeito a

---

([1]) São estas as palavras por que termina uma profecia que o «Rei do Mundo» teria feito, em 1890, aquando da sua aparição no mosteiro de Narabanchi.

([2]) O *Manvantara* ou era de um *Manu*, também chamado *Mahâ-Yuga* compreende quatro *Yugas* ou períodos secundários: *Krita-Yuga* (ou *Satya-Yuga*), *Trêtâ-Yuga*, *Dwâpara-Yuga* e *Kali-Yuga* que se identificam respectivamente com a «idade do ouro», a «idade da prata», a «idade do bronze» e a «idade do ferro» da Antiguidade greco-latina. Há, na sucessão destes períodos, uma espécie de materialização progressiva resultando do afastamento do Princípio que acompanha necessariamente o desenvolvimento da manifestação cíclica no mundo corporal, a partir do «estado primordial».

todo o conjunto da humanidade terrestre e remete precisamente para as condições do *Kali-Yuga*. A época actual é, pois, um período de obscurecimento e de confusão (3); as suas condições são tais que, enquanto persistirem, o conhecimento iniciático se manterá oculto, donde o carácter dos «Mistérios» da Antiguidade dita «histórica» (que não remonta ao início do *Kali-Yuga* (4)) e das organizações secretas de todos os povos: organizações que propiciam uma verdadeira iniciação e onde subsiste ainda uma verdadeira doutrina tradicional, mas que dela apenas oferecem a sombra, a partir do momento em que o espírito dessa doutrina cessou de vivificar os símbolos que unicamente são a sua representação exterior e isso, porque, por razões várias, todo o elo consciente com o centro espiritual do mundo acabou por ser quebrado; este é o sentido mais particular da perda da tradição, aquele que se refere especialmente a um dado centro secundário que deixou de estar em contacto directo e efectivo com o centro supremo.

É necessário falar — como o afirmámos há pouco — de qualquer coisa que, na realidade está mais oculta do que perdida, visto não estar perdida para todos e alguns ainda a possuirem integralmente, o que permite que outros tenham sempre a possibilidade de a reencontrar desde que a procurem correctamente, ou, por outras palavras, que a sua intenção seja orientada, de tal modo que, pelas vibrações harmónicas que desperta segundo a lei das «acções e reacções concordantes» (5), ela possa pô-los

(3) O início desta idade é representado nomeadamente, no simbolismo bíblico, pela Torre de Babel e pela «confusão das línguas». Logicamente, pode dizer-se que a queda e o dilúvio corresponderiam ao fim das duas primeiras idades; porém, na realidade, o ponto de partida da tradição hebraica não coincide com o começo do *Manvantara*. É preciso não esquecer que as leis cíclicas são aplicáveis, em diferentes graus, para períodos que não têm a mesma extensão e que por vezes se sobrepõem, do que resultam complicações que, numa primeira abordagem, podem parecer inextricáveis e que apenas podem ser superadas pela consideração da ordem de subordinação hierárquica dos centros tradicionais correspondentes.

(4) Parece-nos que ainda não se assinalou como devia a impossibilidade quase geral para os historiadores de estabelecerem uma cronologia certa para tudo o que é anterior ao século VI antes da era cristã.

(5) Esta expressão é retirada da tradição taoísta; o termo «intenção» tem aqui um sentido que é exactamente o do termo árabe *niyah*, que se traduz assim, sentido este que é conforme com a etimologia latina (de *in-tendere*, tender para).

em comunicação espiritual efectiva com o centro supremo (6). Esta orientação da intenção possui igualmente, em todas as formas tradicionais, a sua representação simbólica. Quanto à orientação ritual, diremos que esta é, com efeito, a direcção para um centro espiritual, que seja qual for, é sempre uma imagem do «Centro do Mundo» (7). Porém, na medida em que entramos no *Kali-Yuga*, a união com esse centro, cada vez mais fechado e oculto, torna-se mais difícil, ao mesmo tempo, que se tornam mais raros os centros secundários que o representam exteriormente (8); e contudo, quando este período acabar, a tradição manifestar-se-á de novo na sua integridade, na medida em que o começo de cada *Manvantara*, coincidente com o fim do anterior, implica necessariamente, para a humanidade terrestre, o retorno ao «estado primordial» (9).

Na Europa, todo o elo estabelecido conscientemente com o centro, através de organizações regulares, encontra-se quebrado desde há vários séculos, ruptura que não se realizou de uma só vez, mas por fases sucessivas (10), de que a primeira remonta ao início do século XIV. Do que afirmámos a respeito das Ordens de Cavalaria pode já tirar-se a ilação de que uma das suas principais funções era assegurar uma comunicação entre o Oriente e o Ocidente, comunicação de importância fundamental, se se pensar que o centro de que falamos, foi sempre descrito, pelo menos no que se refere aos tempos «históricos», como situando-se no Oriente. Porém, após a destruição da Ordem do Templo, o Rosacrucianismo, ou aquilo a que deve dar-se este nome, continuou a assegurar esse elo, embora de um modo mais dissimu-

(6) O que acabamos de dizer permite interpretar num sentido muito preciso a seguinte passagem do Evangelho: «Procurai e encontrareis; pedi e recebereis, batei e a porta ser-vos-á aberta». — Ver o que atrás se disse sobre a «recta intenção» e a «boa vontade», o que completa a explicação da fórmula: *Pax in terra hominibus bonae voluntatis*.

(7) No Islão, esta orientação (*qiblah*) é como que a materialização, se assim se pode dizer, da intenão (*niyah*). A orientação das igrejas cristãs é um outro caso particular que se relaciona essencialmente com a mesma ideia.

(8) É claro que se trata apenas de uma exterioridade relativa pois estes centros secundários estão mais ou menos estritamente fechados desde o início do *Kali-Yuga*.

(9) É a manifestação da Jerusalém celeste que representa, em relação ao ciclo que acaba, o mesmo que o Paraíso terrestre em relação ao ciclo que começa, como explicámos em *O Esoterismo de Dante*.

(10) De um outro ponto de vista mais amplo existem para a humanidade graus de afastamento do centro primordial, aos quais corresponde a distinção dos diferentes *Yugas*.

lado ([11]), o Renascimento e a Reforma marcaram uma nova fase crítica e, por fim, de acordo com o que Saint-Yves dá a entender, a ruptura completa coincide com os tratados de Vestefália que, em 1648, puseram termo à Guerra dos Trinta Anos. Aliás, vários autores afirmam que, pouco depois da Guerra dos Trinta Anos, os verdadeiros Rosa-Cruz abandonaram a Europa e se fixaram na Ásia; lembremos, a propósito, que os Adeptos rosacrucianos eram em número de doze, o mesmo número dos membros do círculo mais interno de *Agarttha*, e de acordo com a constituição comum a muitos outros centros espirituais formados à imagem desse centro supremo.

A partir desta última data, o espólio do verdadeiro conhecimento iniciático não foi conservado na íntegra por nenhuma organização ocidental; Swedenborg afirma que a partir dessa altura, é entre os Sábios do Tibete e da Tartária, que deve ser procurada a «Palavra perdida»; por outro lado, Anne-Catherine Emmerich dá-nos a visão de um lugar misterioso a que chama a «Montanha dos Profetas», que situa nestas mesmas regiões. Acrescente-se que foi a partir de informações fragmentárias recolhidas sobre este tema por Mme. Blavatsky sem contudo lhes compreender verdadeiramente o significado, que lhe nasceu a ideia da «Grande Loja Branca» a que poderíamos chamar, já não uma imagem, mas muito simplesmente uma caricatura ou uma paródia imaginária de *Agarttha* ([12]).

([11]) Ainda sobre este ponto somos obrigados a remeter de novo o leitor para o nosso estudo sobre *O Esoterismo de Dante*, no qual damos todas as indicações que permitem justificar esta asserção.

([12]) Os que compreenderem estas considerações verão porque nos é impossível levar a sério as múltiplas organizações pseudo-iniciáticas que surgiram no Ocidente contemporâneo: não existe nenhuma que, sujeita a um exame mais rigoroso, possa fornecer a mais pequena prova de «regularidade».

Capítulo IX

«OMPHALOS» E OS BÉTILOS

Segundo Ossendowski, outrora, o «Rei do Mundo», teria feito várias aparições na Índia e no Sião, «abençoando o povo com um pomo de ouro sobrepujado por um cordeiro»; este pormenor reveste-se de alguma importância se comparado com o que Saint-Yves diz do «Ciclo do Cordeiro e do Carneiro» ([1]). Ainda mais notável é que existem, no simbolismo cristão, inúmeras representações do Cordeiro sobre uma montanha por onde descem quatro rios comparáveis aos quatro rios do Paraíso terrestre ([2]). Dissemos que *Agarttha* antes do início do *Kali-Yuga* teve um outro nome: *Paradêsha*, em sânscrito, «região suprema», que se aplica bem ao centro espiritual por excelência, designado também como o «Coração do Mundo»; desta palavra derivou o *Pardes* dos Caldeus e o *Paraíso* dos Ocidentais. Esse é, pois, o sentido original deste último, o que pode fazer compreender melhor ainda porque é que dissemos anteriormente tratar-se sempre, sob uma forma ou outra, do *Pardes* da Cabala hebraica.

([1]) Mencionamos já a relação existente entre o *Agni* védico e o símbolo do Cordeiro (*O Esoterismo de Dante*, ed. 1957, pp. 69-70; *O Homem e o seu destino segundo o Vêdânta*, p. 43); o carneiro representa na Índia o veículo de *Agni*. — Ossendowski afirma por diversas vezes que o culto de *Roma* existiu sempre na Mongólia, o que extravasa o âmbito do Budismo, contrariamente à opinião da maior parte dos orientalistas. Por outro lado, chegaram até nós informações de tal modo extraordinárias acerca de reminiscências do «Ciclo de Ram» que subsistiriam ainda actualmente no Cambodja, que preferimos não as ter em conta; por isso, apenas mencionamos este facto de passagem.

([2]) Refiram-se também as representações do Cordeiro sobre o livro selado por sete selos de que fala o *Apocalipse*; o Lamismo tibetano fala também de sete selos misteriosos, paralelismo que não nos parece acidental.

Tendo em conta o exposto acerca do simbolismo do «Pólo», é igualmente fácil compreender porque é que a montanha do Paraíso terrestre tem a mesma natureza da «Montanha Polar», que aparece, sob diversas formas, em quase todas as tradições: alguns exemplos, de resto já assinalados: o *Mêru* dos Hindus, o *Alborj* dos Persas, o *Montsalvat* da lenda ocidental do *Graal* e também a montanha do *Qâf* dos Árabes (3). O *Olimpo* dos Gregos tem igualmente, para muitos, o mesmo significado. Trata-se sempre de uma região que, tal como o Paraíso terrestre, se tornou inacessível à humanidade comum e que se situa ao abrigo de todos os cataclismos que sobrevêm no mundo humano, no fim de certos períodos cíclicos. Esta região é, em verdade, a «região suprema»; de resto, segundo certos textos védicos e avésticos, a sua situação teria sido primitivamente polar, mesmo entendendo-se literalmente esta expressão; contudo, simbolicamente, ela permanece sempre polar, qualquer que possa ser a sua localização através das diferentes fases da história da humanidade terrestre, visto representar essencialmente o eixo fixo, em torno do qual se realiza a revolução de todas as coisas.

A montanha representa naturalmente o «Centro do Mundo», antes do *Kali-Yuga*, isto é, quando aquele existia, pode dizer-se, abertamente e não era ainda subterrâneo; a montanha corresponde ao que poderia chamar-se a sua situação normal, fora do período obscuro, cujas condições especiais implicam uma espécie de subversão da ordem estabelecida. É preciso acrescentar que, para além destas considerações sobre as leis cíclicas, os símbolos da montanha e da caverna têm, um e outro, a sua razão de existir e há, entre ambos, um verdadeiro complementarismo (4); por seu turno, a caverna deve considerar-se como situando-se no interior da própria montanha ou imediatamente abaixo desta.

O «Centro do Mundo» é, nas tradições antigas, representado ainda por outros símbolos, sendo talvez *Omphalos* um dos mais interessantes e que pode encontrar-se em quase todas as tradições (5). Este termo grego significa «umbigo», designando, ao mesmo tempo, tudo o que é centro e muito especialmente o «centro da roda»; o termo sânscrito *nâbhi* comporta também estas diferentes acepções, tal como acontece, nas línguas célticas e germânicas, com as formas *nab* e *nav* derivadas da mesma raiz (6).

Em gaulês, *nav* ou *naf*, evidentemente idêntico aos anteriores, tem o sentido de «chefe» e aplica-se mesmo ao próprio Deus; é pois, a ideia do Princípio central que é expressa aqui (7). Nesta perspectiva, o sentido de «centro da roda» tem uma importância muito particular, porque a roda é, universalmente, um símbolo do Mundo realizando a sua rotação em torno de um ponto fixo, símbolo a que pode comparar-se o da *suástica;* porém, nesta não está traçada a circunferência que representa a manifestação, de modo que é o próprio centro que está designado directamente; a *suástica* não é uma representação do Mundo, mas da acção do Princípio sobre o Mundo.

O símbolo do *Omphalos* situava-se no que era simplesmente o centro de uma região determinada, centro espiritual mais do que centro geográfico (embora, os dois possam em certos casos, coincidir), isto porque esse lugar era verdadeiramente para o povo dessa região, a imagem visível do «Centro do Mundo», do mesmo modo que a sua tradição era uma adaptação da tradição primordial, sob a forma que melhor convinha à sua mentalidade e às suas condições de existência. Comumente, o *Omphalos* mais conhecido é o do templo de Delfos, que era, a bem dizer, o centro

---

(3) Diz-se que a montanha do *Qâf* não pode ser alcançada «nem por terra nem por mar» (*lâ bil-barr wa lâ bil-bahr*; ver o que atrás se disse de *Montsalvat*) e que tem, entre muitas outras, a designação de «Montanha dos Santos» (*Jabel el-Awaliya*), que é possível identificar com a «Montanha dos Profetas» de Anne-Catherine Emmerich.

(4) Este complementarismo é o dos dois triângulos, dispostos no sentido inverso um do outro, que formam o «selo de Salomão» e é também comparável ao da lança e da taça, de que já falamos, e a muitos outros símbolos equivalentes a estes.

(5) V.-H. Roscher, num livro intitulado *Omphalos*, publicado em 1913, reuniu uma quantidade considerável de documentos que provam que este símbolo é referido pelos povos mais diversos, mas cometeu o erro de pretender que ele estivesse ligado à ideia que esses povos faziam da forma da terra, pois julgou tratar-se da crença num centro da superfície terrestre, no sentido mais grosseiramente literal da expressão, opinião que implica um total desconhecimento do significado profundo do simbolismo. — Basear-nos-emos no que se segue em certos dados contidos no estudo de J. Loth sobre *L'Omphalos chez les Celtes*, surgido na *Revue des études anciennes* (número de Julho-Setembro, 1915).

(6) Em alemão, *nabe*, centro e *nabel*, umbigo; em inglês, *nave* e *navel*, tendo também este último o sentido geral do centro ou meio. — O grego *omphalos* e o latino *umbilicus* provêm de uma simples modificação da mesma raiz.

(7) *Agni*, no *Rig-Vêda*, é chamado «umbigo da Terra», o que reitera ainda a mesma ideia; como já referimos, a *suástica* surge, muitas vezes, como um símbolo de *Agni*.

espiritual da Grécia Antiga ([8]); sem insistir em todas as razões que possam justificar esta afirmação, diremos apenas que era aí que se reunia, duas vezes por ano, o conselho dos Anfitriões, composto pelos representantes de todos os povos helénicos e que constituía, de resto, o único elo efectivo entre esses povos, elo cuja força residia precisamente no seu carácter essencialmente tradicional.

A representação material de *Omphalos* era geralmente uma pedra sagrada, designada muitas vezes como um «bétilo», palavra que parece identificar-se com o termo hebraico *Beith-El* «Casa de Deus», o nome dado por Jacob ao lugar onde o Senhor se lhe manifestou através de um sonho: «E Jacob despertou do seu sono e disse: Certamente o Senhor está neste lugar, e eu não o sabia. E assustado, disse: Como este lugar é terrível! É a casa de Deus e a porta dos Céus. E Jacob levantou-se cedo, pela manhã, e tomou a pedra, que lhe servira de almofada e colocou-a erecta como se uma coluna fosse e derramou o azeite por cima dela (para a consagrar). E deu a esse lugar o nome de *Beith-El*, porém, o primeiro nome desta cidade era *Luz*» ([9]). Pela nossa parte explicámos já o significado de *Luz*; por outro lado, é-nos igualmente dito que *Beith-El*, «Casa de Deus», foi tornada em *Beith-Lehem*, «Casa do Pão», a cidade onde nasceu Cristo ([10]). A relação simbólica entre a pedra e o pão é digna de atenção ([11]). O nome de *Beith-El* não designa apenas o lugar, mas também a própria pedra: «E essa pedra colocada por mim como uma

---

([8]) Existiam na Grécia outros centros espirituais, mais particularmente reservados à iniciação aos Mistérios, como, por exemplo, Eleusis e Samotrácia; Delfos tinha um papel mais social que dizia respeito directamente a todo o conjunto da comunidade helénica.

([9]) *Génesis*, XXVIII, 16-19.

([10]) Refira-se a semelhança fonética entre *Beith-Lehem* e a forma *Beith-Elohim*, que figura igualmente no livro do *Génesis*.

([11]) «E o tentador aproximando-se disse a Jesus: Se és o Filho de Deus, ordena a estas pedras que se transformem em pães» (*S. Mateus*, IV, 3; cf. *S. Lucas*, IV, 3). Expliquemos estas palavras misteriosas: Cristo tinha, de facto, poder para operar uma tal transformação, mas numa ordem espiritual e não materialmente como lhe exigia o tentador; se a ordem espiritual é análoga à ordem material, tem, contudo, um sentido inverso e a marca do demónio é inverter todas as coisas. O próprio Cristo, como manifestação do Verbo, é « pão vivo que desce do Céu», donde a resposta: «O homem não vive apenas de pão, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus»; é este pão que, na «Nova Aliança», substitui a pedra como «casa de Deus»; é por esta razão que os oráculos cessaram. A propósito deste pão que se identifica com a «cadeira» do Verbo manifesto, refira-se ainda que o termo árabe *lahm*, o mesmo que o hebraico *lehem*, tem precisamente a significação de «cadeira» em vez da de «pão».

coluna será a Casa de Deus» ([12]). Esta pedra é, na verdade, o «habitáculo divino» (*mihskan*), segundo a designação que será dada mais tarde ao Tabernáculo, isto é, ao trono de *Shekinah*. Tudo isto se prende naturalmente com a questão das «influências espirituais» (*berakoth*) e quando se fala do «culto das pedras», que foi comum a tantos povos antigos, é necessário compreender que não era às pedras que ele se dirigia, mas sim à Divindade de que elas eram a residência.

A pedra que representa *Omphalos* talvez tivesse a forma de uma coluna, como a pedra de Jacob; é muito provável que, para os povos célticos, alguns menhires tivessem esta significação; se os oráculos eram dados, perto dessas pedras, como acontecia em Delfos é porque elas eram consideradas como a morada da Divindade; aliás a «Casa de Deus» identifica-se muito naturalmente com o «Centro do Mundo». *Omphalos* podia também ser representado por uma pedra de forma cónica, como a pedra negra de Cibele, ou ovóide; o cone lembrava a montanha sagrada, símbolo do «Pólo» ou do «Eixo do Mundo»; quanto à forma ovóide, esta associa-se directamente a um outro símbolo muito importante, o do «Ovo do Mundo» ([13]). Se *Omphalos* era representado mais usualmente por uma pedra, também o era, por vezes, por uma pequena elevação, espécie de dólmen, que é ainda uma imagem da montanha sagrada; assim, na China, no centro de cada reino ou estado feudal, existia uma pequena elevação em forma de pirâmide quadrangular, formada pela terra das «cinco regiões»; as suas quatro fases correspondiam aos quatro pontos cardeais e o vértice ao próprio centro ([14]). Singularmente, vamos encontrar estas «cinco regiões» na Irlanda, onde a «pedra diante do chefe», se elevava também, no centro de cada domínio ([15]).

([12]) *Génesis*, XXVIII, 22.

([13]) Por vezes, e em particular sobre certos *omphaloi* gregos, a pedra estava rodeada por uma serpente; esta serpente enrolada pode encontrar-se também na base ou no vértice dos marcos caldeus que devem ser considerados como verdadeiros «bétilos». O símbolo da pedra, tal como o da árvore (outra figura do «Eixo do Mundo») tem, de um modo geral, uma estreita conexão com o da serpente; o mesmo acontece em relação ao símbolo do ovo, sobretudo para os Celtas e para os Egípcios. — Um exemplo notável da representação do *Omphalos* é o «bétilo» de Kermaria, cuja forma global é a de um cone irregular, arredondado no vértice e que apresenta numa das faces o signo da *suástica*, J. Loth, no estudo já citado, exibe fotografias deste «bétilo», bem como de outras pedras do mesmo género.

([14]) O número 5 tem, na tradição chinesa, uma importância simbólica muito particular.

([15]) *Brehon Laws*, citadas por J. Loth.

A Irlanda é, entre os países célticos, o que fornece o maior número de dados relativos a *Omphalos;* outrora, estava dividida em cinco reinos, um dos quais chamado *Mide* (que permanece ainda sob a forma anglicizada *Meath*), nome que corresponde ao antigo vocábulo céltico *medion,* «meio», idêntico ao latino *medius* ([16]). Esse reino que fora formado por partes retiradas aos territórios dos outros quatro, tornou-se no próprio apanágio do rei supremo da Irlanda, ao qual os outros reis se subordinavam ([17]). Em *Ushnagh,* que representa muito exactamente o centro do país, erguia-se uma pedra gigantesca chamada o «umbigo da Terra» e designada também por «pedra das porções» (*ailna-meeran*), por assinalar o lugar onde convergiam, no interior do reino de *Mide,* as linhas separadoras dos quatro reinos primitivos. Aí tinha lugar anualmente, no 1.º de Maio, uma assembleia geral comparável à reunião anual dos Druidas no «lugar consagrado central» (*medio-lanon* ou *medio-nemeton*) da Gália, no país dos Carnutos e também sem dúvida, à assembleia dos Anfitriões em Delfos.

Esta divisão da Irlanda em quatro reinos, para além da região central, que era a residência do chefe supremo, prende-se com tradições extremamente antigas. Por esta razão foi a Irlanda chamada a «ilha dos quatro Mestres» ([18]), mas esta designação tal como a de «ilha verde» (*Erin*) aplicava-se anteriormente a uma outra terra, muito mais setentrional, hoje desconhecida, desaparecida talvez, *Ogygie,* ou melhor, *Thulê* que foi um dos principais centros espirituais, se não mesmo o centro supremo de um dado período. A memória desta «ilha dos quatro Mestres» encontra-se também na tradição chinesa, o que parece nunca ter sido notado; eis um texto taoista que disso faz prova: «O Imperador Yac empenhou-se muito e imaginou reinar da forma mais ideal. Mas após a sua visita aos quatro Mestres, na longínqua ilha de *Kou-chee* (habitada por «homens verdadeiros», *tchenn-jen,* isto é, homens reintegrados no «estado primordial»), reconheceu ter-se enganado. O ideal é a indiferença (ou antes o desprendimento, na actividade «não activa») do sobre-homem ([19]), que

---

([16]) A China é também designada por «Império do Meio».

([17]) A capital do reino de *Mide* era *Tara*; em sânscrito, o termo *Târa* significa «estrela» e designa mais particularmente a estrela polar.

([18]) O nome de S. Patrício que apenas era conhecido na sua forma latinizada era originariamente *Cothnaige,* que significa «o servidor dos quatro».

([19]) O «homem verdadeiro», colocado no centro, não participa no movimento das coisas, mas dirige-lhes o movimento, apenas pela sua presença, porque nele se reflecte a «Actividade do Céu».

«deixa girar a roda cósmica» ([20]). Os «quatro Mestres» identificam-se com os quatro *Mahârâjas* ou «grandes reis» que segundo as tradições da Índia e do Tibete presidem aos quatro pontos cardeais ([21]); eles correspondem, ao mesmo tempo, aos elementos: o Mestre supremo, o quinto, que reside no centro sobre a montanha sagrada representa *Éther* (*Akâsha*), a «quinta-essência» (*quinta essentia*) dos hermetistas, e elemento primordial de que procedem os quatro elementos ([22]); e tradições análogas encontram-se também na América Central.

([20]) *Tchoang-tseu.* cap. I, tradução de P. L. Wieger, p. 213. — Diz-se que o Imperador Yao reinou no ano 2356 antes da era cristã.

([21]) Estabeleça-se também uma analogia com os quatro *Awtâd* do isoterismo islâmico.

([22]) Nas formas cruciais como a *suástica,* este elemento primordial é igualmente representado pelo ponto central que é o Pólo; os quatro outros elementos, bem como os quatro pontos cardeais correspondem aos quatro braços da cruz, simbolizando o quaternário em todas as suas aplicações.

Capítulo X

NOMES E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DOS CENTROS ESPIRITUAIS

Poderíamos citar ainda muitas outras tradições concordantes, a propósito da «região suprema». Para a designar, existe um outro nome, *Tula* (que os gregos transformaram em *Thulé*), provavelmente ainda mais antigo do que *Paradêsha*. Como já vimos, *Thulé* identificava-se com a primitiva «ilha dos quatro Mestres» e o seu nome foi dado a regiões muito diversas, pois ainda hoje é possível encontrá-lo, tanto na Rússia como na América Central; é de admitir que cada uma dessas regiões tenha sido, numa dada época mais ou menos longínqua, a sede de um poder espiritual, que era como que uma emanação do poder da *Tula* primordial. Sabe-se que a *Tula* mexicana deve a sua origem aos Toltecas, povo que teria vindo de *Aztlan*, «a terra no meio das águas» (referência à Atlântida), donde trouxeram o nome de *Tula*. O centro a que deram esse nome, substitui provavelmente e em certa medida o do continente desaparecido (1). Deve, contudo, distinguir-se entre a *Tula* atlante e a *Tula* hiperbórea, sendo esta que, para o conjunto do *Manvantara* actual, representa o centro primeiro e supremo; foi a «ilha sagrada», por excelência, e tal como já dissemos, era literalmente polar a sua situação original. Todas as outras «ilhas sagradas» que, nas diferentes tradições, são designadas por nomes de significação idêntica, não passam de imagens daquela; o mesmo se pode dizer do centro espiritual

---

(1) O signo ideográfico de *Aztlan* ou de *Tula* era a garça branca; a garça e a cegonha têm no Ocidente o mesmo papel que a íbis no Oriente; estas três aves figuram entre os emblemas de Cristo; a íbis era para os Egípcios um dos símbolos de *Toth*, isto é, da Sabedoria.

da tradição atlante que apenas regeu um ciclo histórico secundário subordinado ao *Manvantara* (2).

Em sânscrito, *Tula* significa «balança» e designa em particular o signo zodiacal do mesmo nome; segundo uma tradição chinesa, a Balança celeste foi primitivamente a Ursa Maior (3), o que tem a sua importância, na medida em que o simbolismo que se prende com a Ursa Maior se liga natural e estreitamente ao do «Pólo» (4); contudo, não podemos alongarmo-nos aqui sobre esta questão, a qual exigiria um outro estudo (5). Igualmente se poderia examinar a relação que pode existir entre a Balança polar e a Balança zodiacal, que é considerada como o «signo do Juízo Final» e o que, a respeito de *Melki-Tsedeq*, dissemos anteriormente da balança como atributo da Justiça, pode levar a compreender melhor que o seu nome tenha servido para designar o centro espiritual supremo.

Tula é ainda chamada a «ilha Branca», cor que, como dissemos, representa a autoridade espiritual. Nas tradições americanas, *Aztlan* tem por símbolo uma montanha branca, figuração que corresponde, antes de tudo, à *Tula* hiperbórea e à «montanha polar». Na Índia, a «ilha branca» (*Shwêta-dwîpa*), geralmente situada nas regiões longínquas do Norte (6), é considerada a «morada dos Bem-aventurados», identificando-se claramente com

(2) Uma grande dificuldade para a determinação precisa do ponto de junção da tradição atlante com a tradição hiperbórea provém do facto de certas substituições de nomes poderem dar lugar a múltiplas confusões, questão que, apesar de tudo, talvez não seja inteiramente irresolúvel.

(3) A Ursa Maior foi também chamada a «balança de jade»; o jade é um símbolo da perfeição. Para outros povos, a Ursa Maior e a Ursa Menor foram identificadas com os dois pratos da balança. — Esta balança simbólica relaciona-se com a de que fala o *Siphra di Tseniutha* (o «Livro do Mistério», secção do *Zohar*): está «suspensa num lugar que não existe», isto é, no «não-manifesto» que o ponto polar representa para o nosso mundo; aliás, é no Pólo que assenta efectivamente, o equilíbrio deste mundo.

((4) Na Índia, a Ursa Maior é *sapta-riksha*, a morada simbólica dos sete *Rishis*, o que é conforme com a tradição hiperbórea, enquanto que na tradição atlante, a Ursa Maior é substituída neste papel pelas Pleíades formadas igualmente por sete estrelas; sabe-se que, para os Pleíades formadas igualmente por sete estrelas; sabe-se que, para o Gregos, as Pleíades eram filhas de *Atlas* e como tais também chamadas *Atlântidas*.

(5) É curioso notar, em conexão com o que dissemos acerca da assimilação fonética entre *Mêru* e *mêros*, que para os antigos Egípcios a Ursa Maior era chamada a constelação da Coxa.

(6) *Shwêta-dwîpa* é uma das dezoito subdivisões do *Jambu-dwîpa*.

a «Terra dos Vivos» (7). Existe, contudo, uma excepção aparente: as tradições célticas referem sobretudo a «ilha verde» como sendo a «ilha dos Santos» ou «ilha dos Bem-aventurados» (8), no centro da qual se eleva a «montanha branca» que, diz-se, não foi submergida por nenhum dilúvio (9) e cujo cume tem a cor púrpura (10). Esta «montanha do Sol», como também é chamada, corresponde a *Mêru*; este, que é também a «montanha branca», está envolto por uma cintura verde por se situar no meio do mar (11) e no seu cume brilha o triângulo de luz.

À designação de centros espirituais como a «ilha branca» (designação que, lembremo-lo uma vez mais, se pode aplicar, tal como as outras, aos centros secundários e não unicamente ao centro supremo a que se refere em primeiro lugar) devem associar-se os nomes dos lugares, regiões ou cidades que exprimem, de modo semelhante, a ideia de brancura e que são em grande número: Albion, Albânia, a própria Alba a Longa, a cidade-mãe de Roma e todas as outras cidades antigas com este nome (12); para os Gregos, o nome da cidade de Argos tinha o mesmo signi-

(7) Isto lembra igualmente as «ilhas venturosas» da Antiguidade Ocidental, que se situavam todavia a Oeste (o «jardim das Hespérides»), *hesper*, em grego e *vesper* em latim designam o anoitecer, isto é, o Ocidente, o que indica tratar-se de uma tradição de origem atlante e, por outro lado, leva a pensar no «Céu Ocidental» da tradição tibetana.

(8) O nome de «ilha dos Santos», tal como o de «ilha verde», foi ulteriormente aplicado à Irlanda e mesmo à Inglaterra. — O nome da ilha de *Héligoland* tem igualmente o mesmo significado.

(9) Assinalámos já as tradições concordantes que respeitam ao Paraíso terrestre. — No esoterismo islâmico a «ilha verde», (*el-jezirah el Khadrah*) e a «montanha branca» (*el-jabal el rabiod*) são igualmente muito conhecidas, embora pouco referidas no exterior.

(10) Encontramos aqui as três cores herméticas: verde, branco e vermelho, por nós referidas em *O Esoterismo de Dante*.

((11) Outras vezes é referida uma cintura com as cores do arco-íris que pode comparar-se à charpa de *Íris*; a este facto alude Saint-Yves em *Missão da Índia*, e encontrámo-lo nas visões de Anne-Catherine Emmerich. — Ver o que dissemos atrás acerca do simbolismo do arco-íris e dos sete *dwîpas*.

(12) *Albus*, em latim, «branco», aproxima-se do hebraico *laban*, que tem o mesmo sentido e cujo feminino *Labanah* serve para designar a Lua; em latim, *Luna* significa «branca» e «luminosa», duas ideias que se interligam.

ficado ([13]). Quanto à representação do centro espiritual como sendo uma ilha onde se situa a «montanha sagrada», deve atentar-se em que, se ele teve, de facto, essa localização (embora nem todas as «Terras Santas» fossem ilhas), devemos, acima de tudo, ver nela um significado simbólico. Com efeito, os próprios factos históricos, sobretudo os da história sagrada, traduzem à sua maneira, verdades de ordem superior em virtude da lei da correspondência que é o próprio fundamento do simbolismo e que une todos os mundos na harmonia total e universal. A ideia evocada por esta representação é essencialmente a de «estabilidade», indicada anteriormente como característica do Pólo: a ilha permanece imóvel no meio da agitação incessante das vagas, imagem da agitação do mundo exterior; será necessário atravessar o «mar das paixões» para alcançar o «Monte da Salvação», o «Santuário da Paz» ([14]).

([13]) Entre o adjectivo *argos*, «branco», e o nome da cidade, existe apenas uma simples diferença de acentuação; o nome da cidade é neutro e a sua forma no masculino é *Argus*. Lembremos o navio *Argo* (o qual se diz ter sido construído por *Argus* e cujo mastro foi feito da madeira de um carvalho da floresta de Dodona); neste último caso, *Argus* pode igualmente significar «rápido», sendo a rapidez um dos atributos da luz (e especialmente do raio), mas o seu primeiro sentido é «brancura» e por conseguinte «luminosidade».— De *Argus* deriva o nome da prata, o metal branco, correspondente astrológico da Lua; *argentum*, em latim e *arguros*, em grego, têm visivelmente uma raiz idêntica.

([14]) «O *Yogui*, tendo atravessado o mar das paixões, une-se com a Tranquilidade e possui o «Si» na sua plenitude», diz Shankarâchârya (*Atmâ-Bodha*). As paixões são aqui usadas para nomear todas as modificações contingentes e transitórias que contituem a «torrente das formas»; é o domínio das «águas inferiores», de acordo com o simbolismo comum a todas as tradições. É por isso que a conquista da «Grande Paz» é frequentemente simbolizada por uma cena de navegação (esta uma das razões porque a barca, no simbolismo católico, representa a Igreja) outras vezes ainda por uma cena de guerra; *Bhagavad-Gitâ* pode ser interpretada neste sentido, tal como, nesta perspectiva, se pode desenvolver a teoria da «guerra santa» (*jihâd*), segundo a doutrina islâmica. A «marcha sobre as águas» simboliza o domínio sobre o mundo das formas e da mudança: *Vishnu* é chamado *Nârâyana*, «Aquele que caminha sobre as águas», como Cristo, segundo a narração do Evangelho.

Capítulo XI

LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS ESPIRITUAIS

No capítulo anterior, deixámos quase inteiramente de lado a questão da localização efectiva da «região suprema», questão muito complexa e, de resto, secundária, na perspectiva em que nos quisemos colocar. Consideramos várias localizações sucessivas, correspondendo a diferentes ciclos, subdivisões de um outro ciclo mais vasto que é o *Manvantara*; se considerarmos o conjunto deste, situando-nos, de alguma forma, fora do tempo, observaremos que uma ordem hierárquica ordena essas localizações, correspondendo deste modo, à constituição das formas tradicionais, as quais não passam de adaptações da tradição principal e primordial que domina todo o *Manvantara*. Lembremos uma vez mais que podem existir simultaneamente e além do centro espiritual principal, muitos outros centros que a ele se ligam e do qual são outras tantas imagens, o que constitui uma fonte fértil de confusões, tanto mais que esses centros secundários, sendo mais exteriores, são, por isso mesmo, mais aparentes que o centro supremo ([1]).

Assinalamos já a similitude existente, nesta perspectiva, entre Lhassa, o centro do Lamismo e *Agarttha;* acrescentemos que mesmo no Ocidente são conhecidas, pelo menos, duas cidades cuja disposição tipográfica apresenta certas particularidades que, na sua origem ,tiveram uma mesma razão de ser. Essas cidades são Roma e Jerusalém (já vimos que esta era uma imagem visível da misteriosa *Salem* de *Melk-Tsedeq*). Houve na Antiguidade uma ciência a que poderia dar-se o nome de geografia sagrada

---

([1]) Segundo a expressão que Saint-Yves retira do simbolismo do Tarot, o centro supremo é, entre os outros centros, como «o zero fechado dos vinte e dois areanos».

ou sacerdotal, pela qual a posição das cidades ou dos templos não era estabelecida arbitrariamente, mas determinada segundo leis muito precisas (2): por aqui podem pressentir-se os elos que terão ligado a «arte sacerdotal» e a «arte real» à arte dos construtores (3), bem como as razões pelas quais as antigas corporações eram depositárias de uma verdadeira tradição iniciática (4). Entre a fundação de uma cidade e a constituição de uma doutrina (ou de uma nova forma tradicional, por adaptação a condições definidas de tempo e de lugar) existia uma tal relação que a primeira simbolizava frequentemente a segunda (5). Naturalmente eram tomadas precauções muito especiais quando se tratava de fixar a localização de uma cidade que se destinava a ser, sob uma ou outra conexão, a metrópole de toda uma parte do mundo; os nomes das cidades, e tudo o que se relaciona com as circunstâncias da sua fundação, mereciam, pois, ser analisados atentamente nesta perspectiva (6).

Sem nos alongarmos sobre estes considerandos que apenas dizem indirectamente respeito ao nosso tema, diremos ainda que um centro deste género existia em Creta, na época pré-helé-

---

(2) O *Timée* de Platão parece conter, sob forma velada, certas alusões a essa ciência.

(3) Ver o que dissemos noutro capítulo sobre o título de *Pontifex*; a expressão «arte real» foi conservada pela Maçonaria moderna.

(4) Para os Romanos, *Janus* era ao mesmo tempo o deus da iniciação aos Mistérios e o das corporações de artesãos (*Collegia fabrorum*), contendo esta dupla atribuição um facto particularmente significativo.

(5) Citaremos como exemplo o simbolismo de Amphion edificando os muros de Tebas com os sons da sua lira; seguidamente veremos o que quer dizer o nome desta cidade. A lira representava um importante papel simbólico no Orfismo e no Pitagorismo; a tradição chinesa refere-se frequentemente a instrumentos musicais que desempenham um papel similar, o que, evidentemente, deve ser entendido apenas no plano simbólico.

(6) Alguns destes nomes já foram referidos, sobretudo os que se prendem com a ideia de brancura e ainda indicaremos alguns mais. Muito haveria a dizer cerca dos objectos sagrados a que se ligam, em certos casos, a força e a própria conservação da cidade, como sejam o lendário *Palladium* de Tróia e os escudos dos sálios em Roma (que se dizia terem sido talhados num aerólito, no tempo de *Numa*; o Colégio dos Sálios compunha-se de doze membros); estes objectos eram, tal como a Arca da Aliança hebraica, suportes de «influências espirituais».

nica (7), pondo-se a hipótese de no Egipto terem existido muitos outros, provavelmente fundados em épocas sucessivas e de que são exemplos Memphis e Tebas (8). Este último nome que foi igualmente o de uma cidade grega, deve prender mais particularmente a nossa atenção, como designação de centros espirituais, em virtude da sua identidade manifesta com a *Thebah* hebraica, isto é, a Arca do Dilúvio. Esta é ainda uma representação do centro supremo, considerado especialmente na qualidade de conservador da tradição no seu estado, dir-se-ia, de embrião (9), no período transitório que caracteriza o intervalo entre dois ciclos, marcado por um cataclismo cósmico que destrói o estado anterior do mundo a fim de dar lugar a um estado novo (10). O papel do *Noah* bíblico (11) é semelhante ao que *Sayavrata* tem na tradição hindu que se converte, em seguida, sob o nome de *Waisaswata*, no *Manu* actual; mas enquanto esta última tradição se liga ao início do presente *Manvantara*, o dilúvio bíblico marca apenas o início de um outro ciclo mais restrito, contido no interior desse

---

(7) O nome de *Minos* representa por si só, uma indicação suficiente a este respeito, tal como o de *Ménès* em relação ao Egipto; lembremos também, a propósito, o que dissemos do nome romano de *Numa* e do significado de *Shlomoh* em relação a Jerusalém. — A propósito de Creta, refira-se de passagem, a utilização do *Labyrinthe*, como símbolo característico, pelos construtores da Idade Média; facto curioso é o percurso do Labirinto traçado sobre o lajedo de certas igrejas ter tido por função substituir a peregrinação à Terra Santa para os que não a podiam realizar.

(8) Vimos que Delfos desempenhou este papel na Grécia; o seu nome evoca o delfim, cujo simbolismo é muito importante. — Um outro nome a considerar é o de Babilónia: *Bab-Ilu* significa «porta do Céu» que é uma das qualificações aplicadas por *Jacob* a Luz; pode ter também o sentido de «casa de Deus», como *Beith-El*, mas torna-se sinónimo de «confusão» (*Babel*) quando a tradição está perdida: representa a inversão do símbolo, tomando a *Janua Inferni* o lugar da *Janua Coeli*.

(9) Este estado é comparável ao que representa, para o início de um ciclo, o «Ovo do Mundo», contendo em gérmen todas as possibilidades que se desenvolverão durante o ciclo; deste modo, a Arca contém todos os elementos que servirão para restauração do mundo e que são assim os gérmens do seu estado futuro.

(10) Esta é ainda uma outra função do Pontificado»: assegurar a passagem ou a transmissão tradicional de um ciclo para outro; a construção da Arca tem aqui o sentido de uma ponte simbólica, já que quer uma quer outra estão igualmente destinadas a permitir a «passagem das águas», a qual se reveste, aliás de múltiplos significados.

(11) Noé é designado como tendo sido o primeiro que plantou a vinha (*Génesis*, IX, 20), o que deve associar-se ao que dissemos mais atrás sobre o signifcado simbólico do vinho e do seu papel nos ritos iniciáticos, a propósito do sacrifício de *Melki-Tsedeq*.

mesmo *Manvantara* ([12]); não se trata, pois, do mesmo acontecimento, mas de dois acontecimentos análogos entre si ([13]).

Ainda mais digno de nota é a relação existente entre o simbolismo da Arca e o do arco-íris, relação que é sugerida, no texto bíblico pela aparição deste último logo após o dilúvio, como sinal da aliança entre Deus e as criaturas terrestres ([14]).

Durante o cataclismo, a Arca vogou sobre o Oceano das águas inferiores; o arco-íris aparece no momento que marca o restabelecimento da ordem e a renovação de todas as coisas «nas nuvens», isto é, na região das águas superiores. Trata-se, pois, de uma relação de analogia, no sentido mais estrito da palavra, ou seja, as duas figuras aparecem-nos como inversas e complementares uma da outra: a convexidade da Arca está voltada para baixo e a do arco-íris para cima e a sua reunião forma uma figura circular ou cíclica completa, de que são como que as duas metades ([15]). Esta figura estava, com efeito, completa no início do ciclo: era a calote vertical de uma esfera, cuja calote horizontal é representada pela cintura circular do Paraíso terrestre ([16]) que é dividida por uma cruz formada pelos quatro rios saídos da «montanha polar» ([17]). A reconstituição deve operar-se no

---

([12]) Um dos significados históricos do dilúvio bíblico pode ser comparado ao cataclismo que fez desaparecer a Atlântida.

([13]) O mesmo se pode dizer em relação a todas as tradições diluvianas que encontramos num grande número de povos; existem ciclos ainda mais particulares, como é sobretudo o caso dos dilúvios de *Deucalion* e de *Ogyès*, na tradição helénica.

([14]) *Génesis*, IX, 12-17.

([15]) Estas duas metades correspondem às do «Ovo do Mundo», tal como as «águas superiores» e as águas inferiores»; durante o período de agitação, a metade superior tornou-se invisível e é na metade inferior que se produz então aquilo a que Fabre d'Olivet chama a «acumulação das espécies». — Estas duas figuras complementares podem ainda, numa dada perspectiva, comparar-se a dois quarto-crescentes lunares voltados em sentido inverso (sendo um como que o reflexo do outro e o seu simétrico, em relação à linha de separação das águas). o que se prende com o simbolismo de *Janus*, de que, aliás, o navio é um dos emblemas. Existe também uma espécie de equivalência simbólica entre o quarto-crescente, a taça e o navio, servindo a palavra «vaso» para designar ao mesmo tempo estes dois últimos (o «Santo Vaso» é uma das designações mais comuns do *Graal*, na Idade Média).

([16]) Esta esfera é ainda o «Ovo do Mundo»; o Paraíso terrestre encontra-se no plano que o divide nas suas duas metades, superior e inferior, isto é no limite entre o Céu e a Terra.

([17]) Os Cabalistas fazem corresponder a estes quatro rios as quatro letras que formam em hebreu a palavra *Pardes*; já estabelecemos a sua relação analógica com os quatro rios dos Infernos (O *Esoterismo de Dante*, ed. 1957, p. 63).

fim do mesmo ciclo; porém na representação da Jerusalém celeste, o círculo foi substituído por um quadrado ([18]), o que indica a realização do que os hermetistas designavam por «quadratura do círculo»: a esfera que representa o desenvolvimento das possibilidades pela expansão do ponto primordial e central transforma-se num cubo, quando o desenvolvimento se completa e é alcançado o equilíbrio final para o ciclo considerado ([19]).

([18]) Esta substituição corresponde à do simbolismo vegetal pelo simbolismo mineral que já explicamos (O *Esoterismo de Dante*, ed. 1957, p. 67). — As doze portas de Jerusalém celeste correspondem aos doze signos do Zodíaco, e também às doze tribos de Israel; trata-se de uma transformação do ciclo zodiacal, consecutivo à paragem da rotação do mundo e à sua fixação num estado final que é a restauração do estado primordial, no momento em que se completar a manifestação sucessiva das possibilidades neste contidas.

— A «Árvore da Vida» que está no centro do Paraíso terrestre está igualmente no centro da Jerusalém celeste, contendo doze frutos, os quais se podem relacionar com os doze *Adityas*, tal como a própria «Árvore da Vida» se pode relacionar com *Aditi*, a essência única e indivisível que lhes deu origem.

([19]) Poderia dizer-se que a esfera e o cubo correspondem respectivamente aos dois pontos de vista dinâmico e estático; as seis faces do cubo estão orientadas segundo as três dimensões do espaço, com os seis braços da cruz traçada a partir do centro da esfera. — Este cubo pode relacionar-se com o símbolo maçónico da «pedra cúbica» que se prende igualmente com a ideia de acabamento e perfeição, ou seja, com a realização da plenitude das possibilidades que é suposto existirem num determinado estado.

CAPÍTULO XII

ALGUMAS CONCLUSÕES

Do testemunho concordante de todas as tradições, conclui-se da existência de uma «Terra Santa», por excelência, protótipo de todas as outras «Terras Santas», o centro espiritual a que todos os outros se subordinam. A «Terra Santa» é também conhecida como a «Terra dos Santos», a «Terra dos Bem-aventurados», a «Terra dos Vivos», a «Terra da Imortalidade», expressões equivalentes a que pode juntar-se a de «Terra Pura» (1), que Platão faz corresponder à «Morada dos Bem-aventurados» (2). Esta morada é geralmente situada num «mundo invisível»; porém, se se pretende compreender do que isto se trata, não se deve esquecer que o mesmo acontece com as «hierarquias espirituais» de que

---

(1) Entre as escolas budistas do Japão, existe uma com o nome de *Giô-dô* que se pode traduzir por «Terra Pura», o que faz pensar na denominação islâmica de Irmãos da Pureza» *(Tkhwân Es-Safâ)*, sem falar dos Cátaros da Idade Média Ocidental, cujo nome significa também «puros». É provável que o termo *Sûfi*, que designa os iniciados muçulmanos (ou mais precisamente os que atingiram o objectivo final da iniciação, como os *Yogîs* na tradição hindu) tenha exactamente o mesmo significado; com efeito, a etimologia vulgar que o faz derivar de *sûf*, «lã» (de que era feita a roupa usada pelos *Sûfis*) parece-nos pouco satisfatória e explicá-lo através do termo grego *sophos*, «sábio», embora pareça mais aceitável, tem o inconveniente de apelar para um termo exterior à língua árabe; pela nossa parte preferimos a interpretação que faz derivar *Sûfi* de *safâ* «pureza».

(2) A descrição simbólica desta «Terra Pura» encontra-se no fim do *Phédon* (tradução de Mario Meunier, pp. 285-289); foi já assinalado que pode estabelecer-se uma espécie de paralelismo entre essa descrição e a que Dante faz do Paraíso terrestre (Jonh Stewart, *The Myths of Plato*, pp. 101-113).

falam todas as tradições e que representam na realidade, graus de iniciação ([3]).

No período actual do nosso ciclo terrestre, isto é, no *Kali-Yuga*, esta «Terra Santa» defendida por «guardiões» que a ocultam dos olhares profanos, assegurando, todavia, algumas relações com o exterior, permanece invisível e inacessível, mas apenas para os que não possuem as qualificações requeridas para nela penetrar. E agora, deve a sua localização ser entendida num sentido literal ou tomada apenas como simbólica? A esta pergunta respondemos simplesmente que, para nós, os factos geográficos, tal como os factos históricos têm, como todos os outros, um valor simbólico que em nada lhes retira a sua realidade enquanto factos, mas que, por outro lado, lhes confere para além dessa realidade imediata, um significado superior ([4]).

Não pretendemos ter esgotado o tema a que dedicamos este estudo, longe disso; as aproximações comparativas que estabelecemos poderão por certo sugerir muitas outras, mas, apesar de tudo, pensamos ter avançado mais do que talvez jamais alguém o fez, facto que alguns porventura nos censurarão. Porém, pensamos que não exageramos, que não afirmamos nada que o não pudesse ser, embora estejamos menos dispostos do que ninguém a contestar que deve considerar-se sempre a questão da oportunidade, quando se opta por expor publicamente certas coisas de carácter incomum. Uma observação sobre esta questão da oportunidade: nas circunstâncias em que presentemente vivemos, os acontecimentos sucedem-se com uma tal rapidez que muitas coisas de que não se vislumbra imediatamente a razão, poderão encontrar, mais cedo do que pode pensar-se, aplicações muitíssimo imprevistas, senão completamente imprevisíveis. Quisemos abster-

---

([3]) Na verdade, os diversos mundos correspondem a estados e não a lugares, embora possam ser descritos simbolicamente como tais; o termo sânscrito *loka* que os designa e que é idêntico ao termo latino *locus* possui em si a indicação desse simbolismo espacial. Existe também um simbolismo temporal, segundo o qual esses mesmos estados são descritos sob a forma de ciclos sucessivos, se bem que o tempo, tal como o espaço, apenas seja, na realidade, uma condição própria de um deles, de modo que a sucessão é aqui apenas a imagem de um encadeamento causal.

([4]) Compare-se com a pluralidade de sentidos segundo os quais se interpretam os textos sagrados e que, longe de se oporem ou destruirem, se completam e se harmonizam no conhecimento sintético integral. — Na nossa perspectiva, os factos históricos correspondem a um simbolismo temporal e os factos geográficos a um simbolismo espacial, havendo entre uns e outros uma correspondência necessária, tal como entre o próprio espaço e o próprio tempo; esta a razão porque a localização do centro espiritual pode ser diferente consoante os períodos considerados.

-nos de tudo o que, de perto ou de longe, pudesse ser tomado como «profecias»; porém, e apenas para terminar, somos tentados a citar a seguinte frase de Joseph de Maistre ([5]) que nos parece mais verdadeira aplicada aos dias de hoje do que há um século atrás: «É preciso estarmos preparados para um acontecimento imenso na ordem divina, para a qual caminhamos com uma velocidade acelerada que deve ferir todos os observadores. Oráculos terríveis anunciam já que os tempos estão chegados».

([5]) *Soirées de Saint-Pétersbourg*, 11.º diálogo.— É necessário fazer notar, a fim de evitar toda a aparência de contradição com a cessação dos oráculos a que fizemos referência nesta obra, e que Plutarco já tinha observado, que a palavra «oráculos» é aqui tomada por Joseph de Maistre num sentido muito geral, aquele que se lhe dá muitas vezes na linguagem corrente e não no sentido próprio e preciso que tinha na Antiguidade.

ÍNDICE

Cap. I — NOÇÕES SOBRE «AGARTTHA», NO OCIDENTE 9

Cap. II — REALEZA E PONTIFICADO 13

Cap. III — «SHEKINAH» E «METATRON» 19

Cap. IV — AS TRÊS FUNÇÕES SUPREMAS 27

Cap. V — O SIMBOLISMO DO GRAAL 33

Cap. VI — «MELKI-TSEDEQ» 39

Cap. VII — «LUZ» OU A MORADA DA IMORTALIDADE 47

Cap. VIII — O CENTRO SUPREMO OCULTO DURANTE O «KALI-YUGA» 53

Cap. IX — «OMPHALOS» E OS BETILOS 57

Cap. X — NOMES E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DOS CENTROS ESPIRITUAIS 65

Cap. XI — LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS ESPIRITUAIS 69

Cap. XII — ALGUMAS CONCLUSÕES 75

Composto e impresso na Org. Gráf. Maia Lopes, Lda,
para EDIÇÕES 70, em Novembro de 1982

René Guénon, um dos grandes nomes do esoterismo ocidental, escreveu este pequeno livro num esforço de síntese dificilmente ultrapassável. A extrema complexidade da temática, a todo o tempo estabelecendo uma ponte entre o Ocidente e o Oriente, constituía à partida um grande cometimento, apenas ao alcance de eruditos como Guénon. Saliente-se, porém, que esta obra não interessa apenas aos estudiosos do esoterismo, pois apresenta um vasto quadro de referências no campo da antropologia cultural e da história.